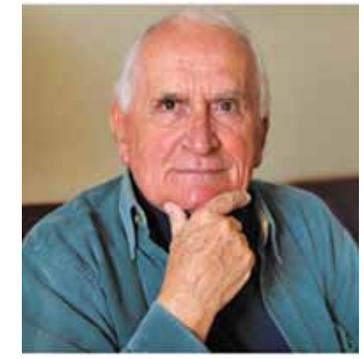
VASCO LOURENÇO: RAZÕES PARA MUDAR A EUROPA

O REFERENCIAL

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Director: Pedro Pezarat Correia | Nº 118 | Julho - Setembro 2015

1975 – O ano das independências das colónias de Portugal em África



PEDRO PEZARAT CORREIA

Com excepção da Guiné-Bissau, que já tinha declarado unilateralmente a independência em 1973 e que Portugal se limitou a reconhecer, no dia 10 de Setembro de 1974, depois de negociações sobre a forma como se processaria a transferência do poder, foi há 40 anos que se sucederam as independências de Moçambique (25 de Junho), de Cabo Verde (5 de Julho), de São Tomé e Príncipe (12 de Julho) e Angola (11 de Novembro). Foi um ano histórico, em que Portugal se reencontrou consigo próprio e foi capaz, na sequência desse fenómeno singular que foi a "Revolução dos Cravos" de que foi corolário lógico, de criar as condições para que recuperasse a sua vocação humanista de ligação a outros povos, como iguais, que os desvios da expansão imperial e a teimosia de uma dominação colonial anacrónica, haviam pervertido.

Independências que passaram por negociações complexas e diversificadas, porque cada caso era um caso e tinha de ser enfrentado como tal. Tendo como objectivo central a independência, as negociações tiveram de passar pela obtenção do cessar-fogo nas colónias em que a luta de libertação atingira, pela intransigência cega do governo português, o patamar da luta armada, da guerra colonial, que não deixou de influenciar também as negociações nas colónias onde não se chegara a esse patamar. Os militares do MFA tiveram a coragem, e a lucidez, de compreender que a guerra, a guerra que eles tinham enfrentado e que conheciam por dentro, era a maior condicionante de todo o processo de descolonização. E decidiram enfrentá-la, decididamente. Não me canso de citar as palavras sábias de Eduardo Lourenço, que tão bem compreendeu esta tomada de consciência: *É um caso clássico de viragem do feitiço contra o feiticeiro. Os jovens oficiais de um combate recusado, mais por injusto do que por impossível, compreenderam no terreno o mecanismo e a extensão dos malefícios do culto de que eram aparentes usufrutuários e resolveram extrair-lhes as consequências. (Os militares e o poder, Arcádia, Lisboa, 1975, p. 81)*

Em O Referencial, órgão da A25A em que todos fomos, directa ou indirectamente, actores nestes palcos, registamos a efeméride com o relevo que se justifica. Nessa comemoração somos solidários com os povos de todos esses países, que estão construindo os seus percursos e constituem a prioridade das prioridades no mosaico das relações externas de Portugal. É este um dos aspectos, raros, em que há unanimidade na sociedade portuguesa. É com um sentimento de orgulho nacional e com a consciência de um dever cumprido, que nos juntamos aos povos de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe, de Angola, de Moçambique, quando comemoram quatro décadas das suas independências e olham, confiadamente, o futuro, na base de decisões que eles próprios definem.

Três figuras nacionais, três sócios ilustres da A25A, merecem destaque nesta edição.

O general António Ramalho Eanes, primeiro Presidente da República Portuguesa eleito por sufrágio directo e universal, foi galardoado com o Prémio Internacional da Paz 2015, atribuído pela fundação Guzi Peace Prize International, das Filipinas. Chamam-lhe o "Prémio Nobel da Ásia" e é o justo reconhecimento da entrega de Ramalho Eanes ao valor da paz, enquanto presidente da República mas não só, nomeadamente nos países que, chegados à independência, se confrontavam com os conturbados processos de consolidação da sua identidade nacional. Ramalho Eanes merece o enorme respeito e o profundo carinho com que sempre é recebido em todos os países de língua oficial portuguesa, que reconhecem o seu contributo para as exemplares relações que mantém com Portugal.

Ao doutor Jorge Sampaio, terceiro Presidente eleito da República Portuguesa da era de Abril, foi atribuído o Prémio Nelson Mandela, da ONU, que constitui o reconhecimento internacional da sua vida, enquanto político, estadista, mas também enquanto cidadão, no combate e na defesa pelos valores da democracia. O nome de Nelson Mandela, que honra este prémio, tem também tudo a ver com as independências dos países africanos que aqui assinalamos.

O coronel Vítor Alves, figura de referência do 25 de Abril e da A25A, é sempre notícia, mas é-o mais aqui porque se dá o devido destaque ao lançamento do livro *Vítor Alves, o Homem, o militar, o político,* de Carlos Ademar. O lançamento ocorreu em Mafra, de onde era natural, em 30 de Setembro e em Lisboa, na Sociedade de Geografia, de que era sócio honorário. Esta última, a que assistimos, foi uma notável jornada de civismo, na dignidade solene da biblioteca repleta de familiares, camaradas, amigos e admiradores, uma cerimónia bem à dimensão do Vítor Alves e que as nossas páginas registam. O acto foi muito além do lançamento do livro. Foi uma justa homenagem, com a gente certa, no local apropriado.

Jorge Sampaio foi a primeira personalidade a ser distinguida com o Prémio Nelson Mandela. Ramalho Eanes receberá em Manila o Prémio Internacional da Paz 2015.

HISTÓRIAS DAS INDEPENDÊNCIAS DE CINCO NAÇÕES DE ÁFRICA 8

GUINÉ-BISSAU O CAMINHO DA INDEPENDÊNCIA DE *JURE* 10

A GUERRA DE LIBERTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE 16

NOTAS SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 26

DECISÃO DO GOVERNO PORTUGUÊS "DERROTA" CAPITÃO DE ABRIL A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA 46

CONFERÊNCIA EM LUANDA SOBRE A LIBERTAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA 50

COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU PORQUÊ MUDAR A UNIÃO EUROPEIA? 56

DISTINÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PRÉMIO NELSON MANDELA ATRIBUÍDO A JORGE SAMPAIO 68

PRÉMIO INTERNACIONAL DA PAZ 2015 ATRIBUÍDO A RAMALHO EANES 70

O NOSSO DIPLOMATA, POR EXCELÊNCIA 72

BRIDGE 92

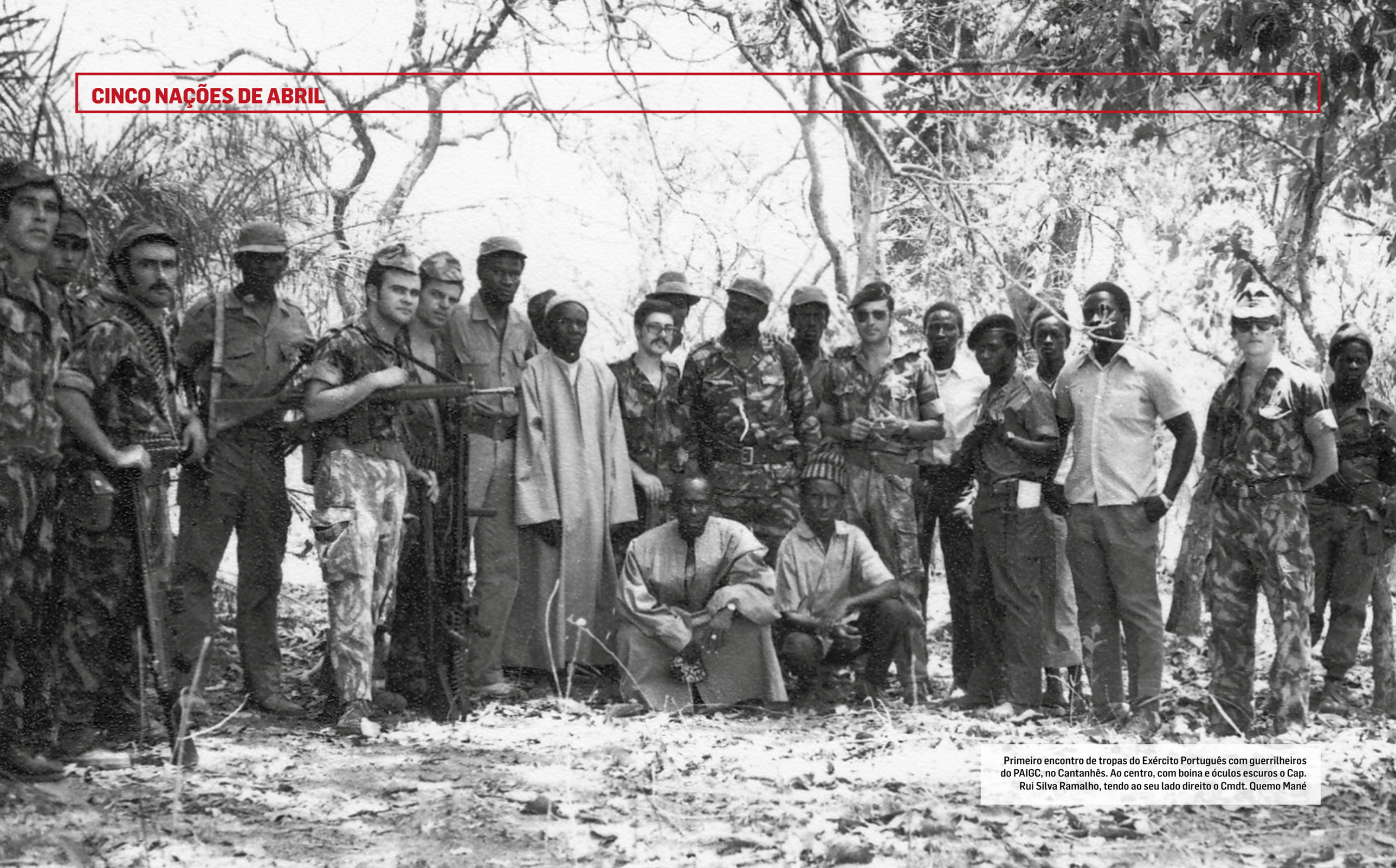
BOLETIM 94

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade |**Presidente da Direcção:** Vasco Lourenço |**Director:**Pedro de Pezarat Correia|**Conselho Editorial:** Alfredo Bruto da Costa, Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Manuel Martins Guerreiro, Maria José Casa-Nova, Maria José Morgado, Maria Manuela Cruzeiro, Vasco Lourenço|**Editor:**José António Santos|**Fotografia:** Armando Isaac, José Maria Roumier, Nuno Augusto, Agência Lusa |**Colaboradores:** Artur Custódio da Silva, David Martelo, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (Cartoon), Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Santa Clara Gomes|**Sede nacional, Administração e Redacção:** Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone:. 213 241 420 - Endereço electrónico: *a25a.sec@25abril.org | www.25abril.org | www.guerracolonial.org* |**Delegação do Norte:**Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: *a25a.del-norte@25abril.org*\ **Delegação do Centro** Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA Endereço electrónico:*a25a.del-centro@25abril.org* \ **Delegação do Alentejo** Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLAEndereço electrónico: *a25a.del-alentejo@25abril.org* **Delegação do Canadá** Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) 1117 Queen Street West Toronto – Ontario M6J3P4 Canadá | **Edição gráfica**: atelier JMRibeirinho www.jm-designedicoes.com - Av. Infante Santo, 23 -5ºC - 1350 - 179 Lisboa | **Impressão e acabamento**: NORPRINT

SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR

Com a serigrafia do Burro a Cantar Fado quis Júlio Pomar homenagear a gesta de Abril quando estavam cumpridos 40 anos sobre a "madrugada inteira e limpa". O quadro original do génio criador foi reproduzido numa edição de 200 exemplares devidamente numerados. As cópias ainda disponíveis podem ser adquiridas na sede da A25A, podendo constituir uma interessante oferta de Natal. Os interessados devem solicitar a reserva através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.



Primeiro encontro de tropas do Exército Português com guerrilheiros do PAIGC, no Cantanhês. Ao centro, com boina e óculos escuros o Cap. Rui Silva Ramalho, tendo ao seu lado direito o Cmdt. Quemo Mané

Histórias das **INDEPENDÊNCIAS** de cinco nações de África

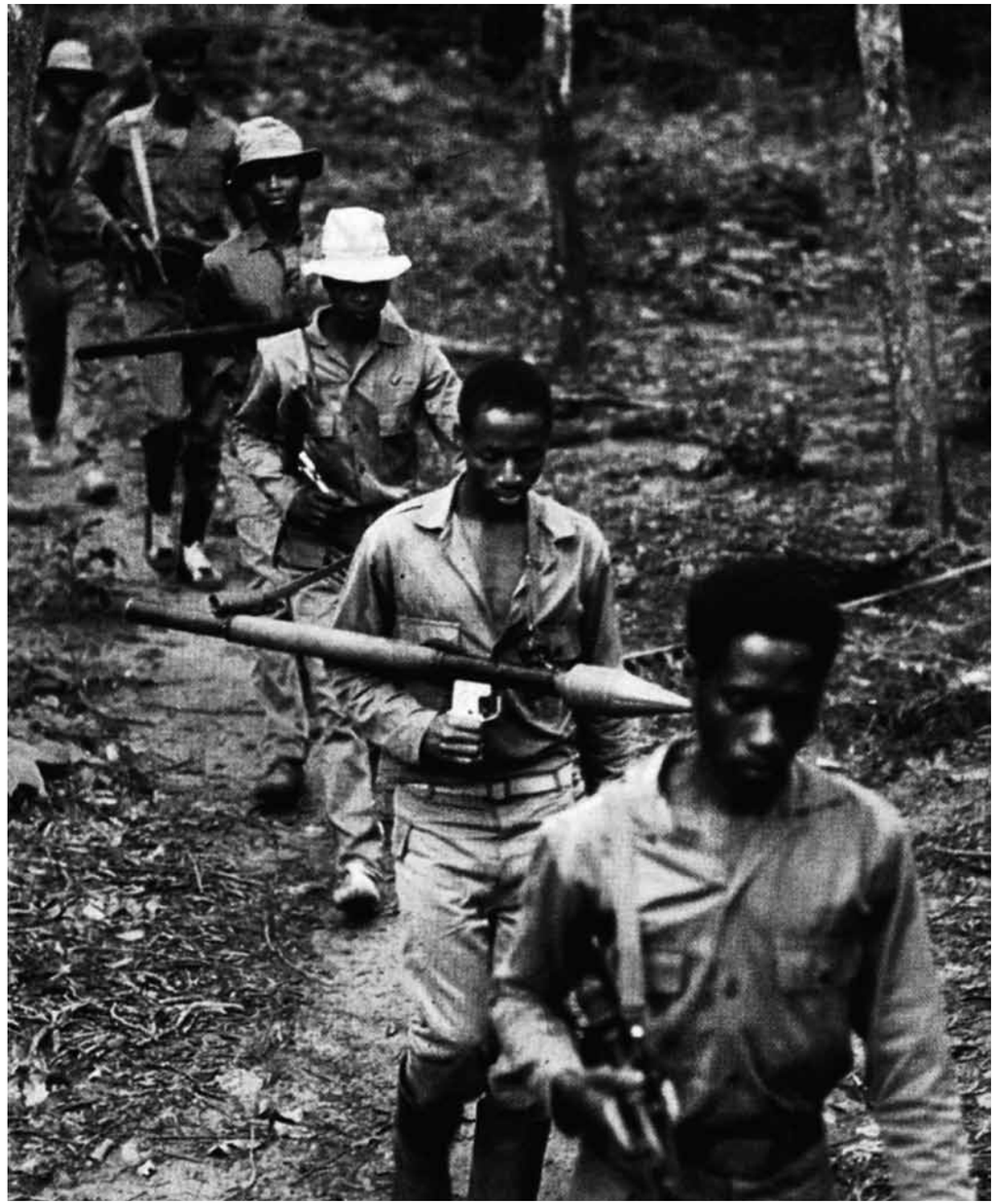
EM VIRTUDE DA ACÇÃO libertadora realizada em Portugal a 25 de abril de 1974, cinco novos países tornaram-se independentes e puderam inscrever os seus nomes no concerto das nações, com o devido reconhecimento internacional: Guiné-Bissau, 10.09.1974; Cabo Verde, 05.07.1975; Moçambique, 25.06.1975; S. Tomé e Principe, 12.07.1975; e Angola, 11.11.1975.

Sobre essas datas memóraveis estão passados 40 anos. Décadas que para a geografia da Língua Portuguesa se tornaram valor acrescentado incomensurável pelas raízes ancestrais de cultura e modo de ser dos novos povos independentes dados ao Mundo.

A História desses países regista um tempo crucial que é o da afirmação da independência, ele próprio precedido de um período de transição a evoluir ao ritmo do pulsar de cada povo. Nesta sucessão natural de acontecimentos houve protagonistas, parte deles, hoje, membros da Associação 25 de Abril.

Para celebrar o 40.º aniversário desses cinco países, "O Referencial" convidou associados da A25A, que ao tempo estiveram no terreno e aí viveram o evoluir da história, para prestarem um testemunho pessoal e escreverem a memória de um tempo preciso: o período de transição nessas nações, desde a chegada do alto-comissário português até ao dia da proclamação da independência. Jorge Golias rescreve sobre a Guiné-Bissau; José Maria Azevedo evoca tempos de S. Tomé e Princípe; e Aniceto Afonso e David Martelo lembram Moçambique. Noutro registo, Vasco Lourenço fixa acontecimentos da "guerra fria" que, à época, levaram o Governo português a demorar o reconhecimento de Angola, e as más consequências dessa longínqua atitude que ainda hoje se fazem sentir.

O texto sobre Cabo Verde não foi recebido na redacção de *'O Referencial'* até a hora do fecho deste edição.



GUINÉ-BISSAU
O caminho da independência *de jure*

JORGE SALES GOLIAS

O CONTEXTO. Carlos Fabião, o segundo encarregado de governo da Guiné-Bissau, nomeado pelo presidente da Junta de Salvação Nacional, general António de Spínola, chegou a Bissau no dia 7 de Maio de 1974.
Profundo conhecedor da Guiné, onde esteve seis anos na *entourage* do general Spínola, foi com surpresa que tomou conhecimento da Guiné diferente que se nos apresentava após o 25 de Abril. Submersa e submetida no tempo da guerra, surgiu então adversa e subvertida.
No dia 26 de Abril, onze oficiais do MFA depuseram o governador, general Bettencourt Rodrigues, em virtude de o mesmo não reconhecer a JSN e dar ordens à PIDE para seguir os capitães do MFA nas ruas de Bissau.
O MFA na Guiné-Bissau, que estava pronto a intervir, no caso de falhar o golpe na Metrópole, constituindo-se em Plano B do MFA em Portugal, resolveu assim clarificar a situação na Guiné e criar condições para que este território fosse tratado de maneira diferente dos outros em face da declaração de independência feita pelo PAIGC, no dia 24 de Setembro de 1973.
Esta tomada de posição política unilateral foi reconhecida logo por 86 países, mais do que aqueles com os quais Portugal tinha relações diplomáticas e logo apoiada por uma Resolução da ONU, onde se convidava Portugal a abandonar o território. A partir daqui éramos classificados como tropa de ocupação.
À tomada do poder em Bissau seguiu-se a nomeação do encarregado de Governo, o tenente-coronel Mateus da Silva, à data comandante do Agrupamento de Transmissões. As funções de comandante-chefe passaram a ser desempenhadas pelo comodoro Almeida Brandão, comandante da Defesa Marítima.
O primeiro contacto com o novo poder em Portugal foi feito pelo tenente-coronel Mateus da Silva com o general Spínola, que o felicitou e lhe disse que aguardasse ordens.
Mas a realidade mudava de hora a hora e o novo poder em Bissau, que integrava o MFA como gabinete de Governo, teve que tomar algumas medidas sem cobertura de Lisboa, por se tornarem óbvias e para evitar ser ultrapassado pelos acontecimentos.

Primeira manifestação pós 25 Abril em frente ao Palácio do Governador

Foi o caso da libertação dos presos políticos da Ilha das Galinhas (afinal em Lisboa já se tinha feito o mesmo) e o da recolha ao Campo de Instrução do Cumeré dos "Pides" que estavam a ser perseguidos nas ruas de Bissau. A ordem da JSN de integrar os serviços da PIDE nos serviços de informação militares não tinha justificação na Guiné, por isso se encaminharam para Lisboa.
Na cidade de Bissau, na segunda-feira seguinte ao 25 de Abril, dia em que chegou o jornal "Expresso" com as notícias frescas do clima de liberdade em Portugal, o ambiente alterou-se de imediato e começaram as manifestações reivindicando a independência e dando vivas à JSN e ao PAIGC.
A descolonização. O brigadeiro Carlos Fabião veio acompanhado pelo tenente-coronel Almeida Bruno e trouxe na mala centenas de fotos do General Spínola para serem distribuídas pela população.
A missão de Carlos Fabião consistia essencialmente em:
- negociar o cessar-fogo;
- tratar o PAIGC com um partido igual aos outros, que Spínola incentivou a se apresentarem em Bissau;
- promover um referendo com vista a uma solução federativa.

Era o "regresso" de Spínola. Fabião fez um discurso de posse, previsível, até na última frase: "Por uma Guiné melhor num Portugal continuamente renovado". Era a tese de Spínola expendida desde os encontros no Senegal: "Evo-

lução da Guiné para a independência a 10 anos, numa comunidade lusíada". Mas já era tarde! A Guiné já era independente.
Discutimos esta questão nuclear até às duas horas da manhã. Nesta altura, Fabião, já convencido, admitiu que queria era dizer "Por uma Guiné melhor e um Portugal continuamente renovado". Carlos Fabião, o favorito de Spínola, oficial de grande prestígio, profundo conhecedor da Guiné (onde esteve seis anos), que dominava o crioulo e conhecia quase todos os combatentes do PAIGC, inteligente, logo compreendeu que a Guiné daqueles dias era outra. Estávamos entendidos. Fabião designou o capitão Sousa Pinto seu ajudante de campo e a mim seu chefe de gabinete.
A Comissão Central do MFA[1] passou a integrar o gabinete de governo. Esta decisão unitária haveria de marcar positivamente o processo até ao fim.
Circulavam boatos de arrasamento de alguns dos nossos destacamentos militares fronteiriços e apareceu uma circular em todo o teatro de operações pedindo negociações imediatas com o PAIGC.
As últimas manifestações deixaram um rasto de violência na cidade: montras partidas, carros vandalizados e lojas saqueadas. De imediato chamámos os dois jovens que as lideravam. O Francisco Fadul (que seria primeiro-ministro mais tarde) e o Aristides Pereira. Eram contra a violência pós comícios, mas não sabiam como a ultrapassar. Demos-lhes os meios necessários, uma viatura e megafones, e responsabilizámo-los. A violência terminou em Bissau, mas começou noutras localidades. Os jovens líderes passaram a deslocar-se também ao interior e acalmaram os ânimos.
Naqueles dias, se na Metrópole era tudo socialista, na Guiné era tudo pró PAIGC! Até os fulas, que antes estavam contra o PAIGC eram agora os seus maiores defensores!
Entretanto, começou a confraternização das nesses tempos com os guerrilheiros do PAIGC. Recebemos em Bissau dezenas de fotos reportando os encontros. Foi algo comovente, mas também preocupante. Os comandantes nada puderam fazer. Foram os soldados de ambos os lados que tomaram estas iniciativas. O cessar-fogo ia-se, assim, materializando, antes dos acordos oficiais. Mais uma vez a realidade no terreno ultrapassava a decisão dos políticos. Quando em 16 de Maio, na reunião de Dacar, se acordou o cessar-fogo, ele já existia no terreno.
Em Portugal já se gritava "nem mais um soldado para as colónias". Na Guiné gritava-se pelo "regresso imediato a Portugal".
Entretanto, nos quartéis, os cabelos começaram a crescer, baixou-se a guarda, e apareceram os primeiros sinais de indisciplina. Ou se tomavam medidas imediatas ou a situação saía fora do controlo. Em meados de Maio determinámos a Estruturação Democrática do MFA nas unidades, através da eleição de delegações de oficiais, sargentos e praças. Foi considerada pelos mais conservadores como uma "hierarquia paralela". Mas foi, outrossim, uma abertura democrática para restabelecer a hierarquia e a disciplina, condições "sine qua non" para uma condução eficaz do processo de descolonização. Mas esta organização só funcionou porque foi alimentada, ou seja, constituímos grupos de contacto que se deslocavam ao interior, levavam informação, que anulava os boatos e deixavam aos camaradas do "mato" a sensação de pertença ao Movimento.
Surgiu então e em força o denominado MPP – Movimento Para a Paz, movimento alargado de oficiais, sargentos e praças, liderado pelo alferes Celso Cruzeiro, pugnando pela independência e pelo regresso imediato das tropas a Portugal. Numa prova de força conseguiu reunir em Bissau cerca de mil militares (incluindo alguns oficiais superiores).
Na Guiné ia-se reproduzindo o ambiente que se vivia em Portugal. Parecia que a imprensa de Lisboa, à medida que chegava a Bissau, inspirava factos semelhantes aos que relatava. Uma vez mais se nos colocou o problema da unidade. Unidade que era fundamental e que funcionava não só relativamente a Lisboa, mas também, e principalmente, ao PAIGC. A vida do MPP foi efémera, pois em 5 de Junho deu-se a sua integração no MFA.
Em 25 de Maio dá-se a primeira reunião de Londres entre representantes de Portugal e do PAIGC. O MFA da Guiné só esteve representado na reunião de Dacar.
Entretanto, em 28 de Maio, chegou uma circular da JSN no sentido de o MFA se diluir nas Forças Armadas. A cumprir-se seria um erro crasso. Fabião decidiu a não aplicação desta circular ao caso particular da Guiné, pois ele não abdicava do MFA para o ajudar a resolver os problemas que surgiam constantemente. O MFA era sempre a última instância a que se recorria para resolver todos os problemas militares ou civis como manifestações, reivindicações, casos de polícia, greves, etc.
Em 6 de Junho (em simultâneo com a segunda reunião de Londres), finalmente, temos notícias dos nossos camaradas do MFA de Lisboa: chega a Bissau uma delegação que integrava o major Melo Antunes, o capitão Pereira Pinto e o comandante Almada Contreiras. Reunimos durante dois dias. Melo Antunes disse que estavam curiosos de conhecer o nosso processo de democratização das Forças Armadas e avaliar a sua eficácia no terreno, eventualmente como exemplo a seguir em Portugal porque estava a grassar a indisciplina nas unidades, onde se sentia a influência da extrema-direita à extrema-esquerda e até um certo antimilitarismo.
O que viram e ouviram na Guiné deixaram-nos tranquilos e aprovaram e incentivaram a prossecução das nossas políticas. Claramente estavam connosco no objectivo do reconhecimento da independência, mas percebemos que a decisão lhes escapava. Melo Antunes traçou um quadro bastante escuro da situação em Portugal, com o governo demasiado fraco, o PR demasiado forte e a Comissão Coordenadora no meio daquilo, tentando equilíbrios, mas não chegando para as solicitações. Daí o ter falhado uma das suas missões principais que era a da ligação ao Ultramar.
No dia 13 de Junho o brigadeiro Fabião recebeu uma mensagem (secreta e urgente) a mandar apresentar em Lisboa, cinco oficiais do MFA da Guiné[2]. A mensagem tinha como remetente o CEMGFA (general Costa Gomes) e como desti-

natário para informação o Presidente da República (general Spínola).
Em Lisboa, o capitão miliciano José Manuel Barroso informou-nos de que estávamos acusados de "criar na Guiné um clima de entrega ao PAIGC" e de que o mínimo que nos podia acontecer era ser-nos dada por finda a comissão. Foi, aliás, o que lhe aconteceu a ele.
Na Cova da Moura cruzámo-nos com o Vasco Lourenço, que não sabia de nada. Como falámos em alta voz apareceu o Almeida Bruno que se limitou a dizer que "isto não passava de uma tempestade num copo de água".
Costa Gomes recebeu-nos com surpresa, pois não sabia de nada. Afinal, a mensagem foi feita pelo gabinete de Spínola, mas em nome de Costa Gomes. Fomos ouvidos durante uma semana, várias horas por dia, constantemente interrompidas por assuntos inadiáveis.
No final, usando mais claramente da palavra, fê-lo com estes seis pontos:
1. As notícias particulares vêm deturpadas pela óptica pessoal;
2. Acredita na irreversibilidade do processo se é verdade aquilo que contámos (PAIGC dominante);
3. Sobre redução das forças por regresso à Metrópole, pediu para dizermos ao encarregado de governo que pedisse dois batalhões ou mais;
4. Referiu a necessidade de alfabetização dos militares e consciencialização política das nossas tropas.
5. A ordem de chamada foi para compreender a desmobilização militar da Guiné;
6. Pediu para se investigar a origem e intenção da notícia dos quarenta mortos (notícia falsa que nós ignorávamos).
No final, Costa Gomes, felicitou-nos pelo nosso trabalho e mandou-nos regressar, incentivando-nos a prossegui-lo.
Em 1 de Julho realizámos a primeira Assembleia geral do MFA, em Bissau, na qual aprovámos uma moção de apoio ao reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e ao reconhecimento do PAIGC como seu interlocutor legítimo, tal como determinava a Resolução da ONU.
Em Lisboa também tudo se encaminhava nesse sentido e o velho general acabaria por ceder e aceitar esta evidência histórica, muito por influência do general Costa Gomes. Assim, em 27 de Julho aparecia, finalmente, a Lei 7/74 – Lei da Descolonização – onde se diz que se aceita a autodeterminação com todas as suas consequências, inclusive a independência.
Mas, pelo caminho, ainda sofremos dois ultimatos de comandantes locais do PAIGC, a Pirada e a Buruntuma. Fabião nomeou o major Ornelas Monteiro, que foi por mim acompanhado, em representação do MFA. Dos contactos feitos com estes comandantes, no Senegal e na República da Guiné-Conacri, resultou a anulação dos ultimatos. Estes incidentes, feitos à revelia da vontade das cúpulas do PAIGC, foram atribuídos a intenções de "mostrar serviço" por parte destes comandantes.
Seguiram-se encontros no Cantanhês, de missões do governo local e MFA com representantes do PAIGC, com vista à preparação da transferência de poderes.
Em 29 de Julho fez-se a segunda Assembleia do MFA na Guiné, que foi mais um reconhecimento ao brigadeiro Carlos Fabião pela sabedoria, inteligência e coragem da sua conduta neste processo de descolonização.
Em 26 de Agosto, em Argel, anunciou-se o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, com efeitos a partir de 10 de Setembro, retirada e transferência de poderes a 31 de Outubro.
Há quatro marcas essenciais que justificam o sucesso do MFA na Guiné-Bissau[3]:
- a unidade de pensamento e de acção;
- a preservação da hierarquia e da disciplina nos quartéis, pela adopção da estruturação democrática;
- o facto de o MFA ter integrado o governo e o facto de não ter havido "deserções" para Lisboa na fase crítica do processo;
- a rapidez do mesmo.

Primeira manifestação pós 25 Abril em frente ao Palácio do Governador

[1] Na Guiné o MFA elegeu uma Comissão Central com quatro elementos de todos os ramos, sendo dois do exército, uma Coordenadora por cada Ramo e um Secretariado Executivo. Os oficiais que integravam estas comissões eram: Comissão Central: tenente-coronel Mateus da Silva, 1.º tenente Pessoa Brandão, capitão Jorge Golias, capitão Faria Paulino; Comissão Coordenadora da Armada: 1.º tenente Pessoa Brandão, 1.º tenente Marques Pinto e 2.º tenente Rosado Pinto; Comissão Coordenadora do Exército: capitão Sousa Pinto, capitão Duran Clemente e capitão Jorge Golias; Comissão Coordenadora da Força Aérea: major Sobral Bastos, capitão Faria Paulino e capitão Albano Pinela. No Secretariado estavam o 1.º tenente Bouza Serrano, o capitão Jorge Alves (FA), o alferes Barros Moura, o alferes João Teixeira e alferes Celso Cruzeiro.
[2] Cap. Jorge Golias, 1.º tenente Bouza Serrano, cap. Jorge Alves, alf. João Teixeira e alf. Barros Moura.
[3] Mário Soares sintetizou assim a descolonização na Guiné: "Foi relativamente fácil porque houve uma forte determinação do MFA na Guiné em cumprir as Resoluções da ONU" – ISCTE – colóquio "Vozes da Revolução", 16 de Abril de 2010.

A Guerra de Libertação em **MOÇAMBIQUE**

ANICETO AFONSO E DAVID MARTELO

1. SITUAÇÃO GERAL

Moçambique tornou-se independente em 25 de Junho de 1975. O acordo de transferência do poder tinha sido assinado entre Portugal e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) no dia 7 de Setembro de 1974, nove meses antes. As negociações só foram possíveis depois da Revolução dos Cravos em Portugal, em 25 de Abril de 1974, que derrubou o regime português do Estado Novo.

A guerra durou em Moçambique dez anos. O regime português, a ditadura salazarista, continuada por Marcelo Caetano, nunca formulou uma solução para a guerra que levasse em conta o ambiente internacional de apoio ao movimento descolonizador, nem as recomendações e resoluções da ONU que apoiavam os processos de independência dos territórios não-autónomos e muito menos o sentimento nacionalista dos povos coloniais.

É nossa intenção abordar a questão do processo moçambicano que conduziu à independência em 1975, interrogando-nos sobre a importância que a guerra de libertação teve (e continua a ter) na construção de uma identidade nacional, e no reforço da consciência de pertença a uma nação coincidente com as fronteiras traçadas pelas potências coloniais europeias.

2. ANTECEDENTES

O movimento descolonizador, pelas razões que são conhecidas, reforçou-se depois da Segunda Guerra Mundial, levando à independência de vários territórios coloniais e à constituição de novos países. Costuma apontar-se a Conferência de Bandung, em Abril de 1955, como um acontecimento decisivo para o reforço do apoio à ideia descolonizadora de todos os territórios dependentes.

Em cerca de 20 anos, as potências coloniais europeias foram cedendo, perante a pujança do movimento descolonizador, às reivindicações

e à luta dos povos pela sua autodeterminação, acabando por dar origem a algumas dezenas de novos países, desde o Extremo Oriente, ao Médio Oriente, ao Norte de África e à África subsariana. Em meados da década de sessenta, poucos casos complexos estavam por resolver, estando estes especialmente localizados na África Austral, em que se incluíam as colónias portuguesas de Angola e Moçambique, a Rodésia e a África do Sul do regime de *apartheid*.

Por outro lado, as grandes potências emergentes da II Guerra Mundial, Estados Unidos da América e União Soviética, na disputa de zonas de influência, apoiaram a formação de resistências contra a presença europeia nas suas colónias. Mesmo nos territórios onde o nacionalismo pretendeu preservar o seu próprio processo de luta, a influência das grandes potências esteve invariavelmente presente, quer no apoio ideológico e doutrinário, quer no apoio material.

Em Moçambique, os movimentos autonomistas modernos encontram as suas raízes na década de 50 do século XX, mas a necessidade de organizar politicamente o sentimento de resistência à situação colonial começou a produzir os seus efeitos em 1960, em especial junto das comunidades moçambicanas emigradas nos territórios vizinhos. Em outubro desse ano, foi fundado, em Salisbúria (actual Harare), o primeiro agrupamento político que visava a obtenção da independência do país: a União

Democrática de Moçambique (UDENAMO). Outras organizações e movimentos se constituíram com praticamente os mesmos objetivos – porem em questão o domínio colonial.

3. A FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO)

O primeiro acordo entre várias organizações nacionalistas moçambicanas que questionavam o poder colonial foi celebrado a 2 de Junho de 1962, em Acra, no Gana, levando à constituição da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), movimento reconhecido desde logo por vários países africanos.

Como os grupos constitutivos da FRELIMO eram de base étnica ou regional, a coesão revelou-se desde o início muito frágil, razão da escolha de Eduardo Mondlane como presidente, por não proceder de nenhum desses grupos. Mondlane tinha estudado Antropologia e Sociologia nos Estados Unidos, começando a trabalhar para a ONU em 1961. Nos Estados Unidos foi ainda professor da Universidade de Siracusa, mas, no início de 1962, decidiu empenhar-se inteiramente na luta de libertação nacional. Foi então encarregado de organizar o I Congresso da FRELIMO em Dar-es-Salem, em Setembro de 1962, Congresso que veio a consolidar a organização e a prepará-la para o início da luta armada. Mas as rivalidades étnicas e a luta pelo poder seriam, desde então, uma constante.

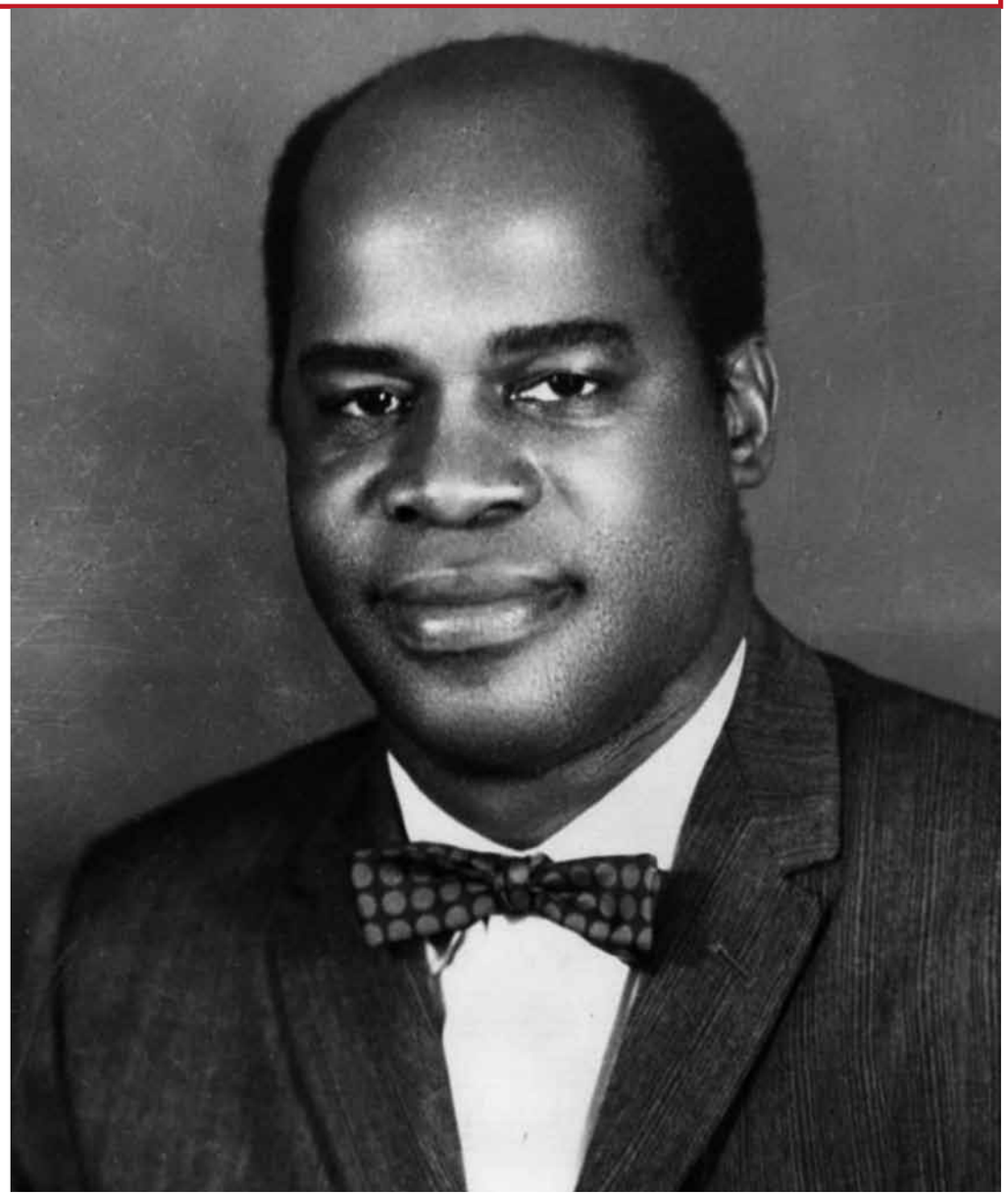
De 1962 até ao início das hostilidades, a FRELIMO consolidou a sua retaguarda no Tanganica (actual Tanzânia, independente a partir de Dezembro de 1961), contando com apoios diversificados, desde os Estados Unidos no início, até à Argélia, Egito, Marrocos, países socialistas e à China.

Contudo, a liderança de Eduardo Mondlane e a vida da FRELIMO não foram tranquilas nos anos de 1962 e 1963. A primeira direção da Frente, saída do acto da fundação, acabou por se desmembrar em Maio de 1963. Estes acontecimentos marcariam a organização, na qual sempre permaneceu uma fratura entre os quadros directivos, a maioria proveniente do Sul do território e a grande massa dos combatentes recrutados nas populações do Norte. De qualquer modo, o Movimento continuou a preparar a insurreição militar.

No período de 1963 e 1964, a situação africana modificou-se consideravelmente, em especial nas fronteiras das colónias portuguesas. Ainda em 1963, Zanzibar juntou-se ao Tanganica, criando a Tanzânia, com Julius Nyerere como Presidente e o líder de Zanzibar como vice-presidente. Em 1964 deu-se a independência do protetorado britânico da Niassalândia, que adotou o nome de Malawi. A Rodésia do Norte também alcançou a sua independência, adoptando o nome de Zâmbia, e tendo como Presidente Kenneth Kaunda. Tanto o Malawi como a Zâmbia eram países interiores, dependentes das saídas para o mar controladas por Portugal.

4. O INÍCIO DA GUERRA

Desde princípios de 1964 a situação em Moçambique era de pré-insurreição. Ainda que formalmente não tivesse estalado o conflito,



Eduardo Mondlane, primeiro Presidente da FRELIMO

guerrilheiros da FRELIMO, vindos da Tanzânia, e que tinham recebido treino militar na URSS e na China, entraram clandestinamente no país e começaram a preparar os distritos de Cabo Delgado e de Niassa para a futura insurreição militar.
A sua ação mítica, tida pela própria organização como a marca do início da luta armada, deu-se na noite de 25 de Setembro de 1964, com o ataque a um posto administrativo de Cabo Delgado, a 10 quilómetros da fronteira da Tanzânia, levado a efeito por um destacamento de doze guerrilheiros, sob o comando de Alberto Chipande. Embora se possa considerar que outras acções mais ou menos simultâneas ocorreram em outros locais do Norte do território, a verdade é que, a partir de então, os incidentes violentos não pararam de aumentar.
Dentro das boas regras da guerra subversiva, os guerrilheiros espalhavam a insegurança na zona, dificultando a actividade rotineira das populações e pondo em causa a capacidade das autoridades para exercerem o seu domínio. Eram, ainda, acções de valor militar modesto, mas que criavam o ambiente de resistência que era pretendido. Para além disso, a FRELIMO iniciou, ao mesmo tempo, uma campanha de divulgação, junto das populações, dos objectivos da sua luta.
As primeiras acções diretamente contra as tropas portuguesas ocorreram ainda no ano de 1964, provocando as primeiras baixas em combate.

5. O CONFLITO MILITAR EM MOÇAMBIQUE

A partir do início da luta armada, em 1964, tanto a FRELIMO como as forças portuguesas em Moçambique deviam ter definido uma estratégia de actuação.
Contudo, neste período inicial das hostilidades, os objectivos da FRELIMO eram muito limitados. As suas preocupações estavam sobretudo centradas na unidade das várias correntes que constituíam o movimento, no sentido de as disputas não colocarem em causa a sua própria sobrevivência. As condições eram bastante desfavoráveis.
Em primeiro lugar, opunham-se, no seu interior, grupos de origem e formação muito diferentes, entre quadros urbanizados e cultos, que entendiam Moçambique como um todo, nas suas fronteiras estabelecidas (sem valorização da sua pertença a qualquer grupo étnico), e muitos militantes, e também dirigentes, que provinham de estruturas mais tradicionais e que tendiam a valorizar as reivindicações dos povos de onde provinham. Este conflito agudizou-se em torno da disputa do poder por Eduardo Mondlane, representante do entendimento moçambicano do papel da FRELIMO e Lázaro Kavandame, chefe Maconde, representante dos grupos étnicos do Norte de Moçambique, que se estendem pelo território da Tanzânia.
Este conflito principal só veio a resolver-se com a morte de Eduardo Mondlane, assassinado em Dar es Salem em 3 de fevereiro de 1969 por uma encomenda armadilhada (acção levada a efeito pela PIDE, polícia política portuguesa), e a consequente entrega voluntária às autoridades portuguesas de Lázaro Kavandame, receoso de ser acusado do assassínio do presidente.
A segunda questão essencial tem a ver com a estratégia propriamente militar.

Pela análise de situação, parece fácil compreender que a zona decisiva, tanto em termos político-militares, como do ponto de vista económico e social, era a zona central do território, distrito de Manica e Sofala, corredor das relações com a Rodésia (actual Zimbabué, unilateralmente independente em 1965, tendo no poder uma minoria branca) e região de actividades económicas essenciais e de presença da comunidade branca. Uma parte desta região, significativamente designada "corredor da Beira", por assegurar as ligações do porto da Beira com a Rodésia, incluindo o caminho-de-ferro, a estrada e o oleoduto, representava, em termos militares, a zona decisiva do conflito.
O comando português, embora ciente desta circunstância, nunca formulou com clareza esse entendimento. A FRELIMO sempre teve em mente este objectivo, mas as circunstâncias e os factores de decisão só muito tarde lhe foram favoráveis. Contudo, quando pôde dispor dessas condições, que alcançou em 1972, aproveitou-as de forma decisiva.
O comando português compreendeu o enorme avanço da FRELIMO muito tarde, quando outras circunstâncias já o impediam de traçar a adequada estratégia de oposição à sua penetração no coração do território, tanto mais que Portugal enfrentava uma guerra em três territórios, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, mobilizando cerca de centoesetenta homens.
A partir de então, sem que as forças portuguesas dispusessem de capacidade de manobra para fazer frente a este avanço, a vitória militar do movimento de libertação era uma questão de tempo. Estas circunstâncias vieram a influenciar o movimento militar que levou à Revolução Portuguesa, quando, em Janeiro de 1974, a população branca oriunda desta zona central do território se manifestou contra a forma como as Forças Armadas portuguesas conduziam a guerra, apercebendo-se finalmente da proximidade do conflito militar.

6. A ÁFRICA E AS NAÇÕES

Na África a sul do Sahara existia uma geração de líderes africanos que parecia capaz de assumir o desafio de mudança e de desenvolvimento dos novos países, de Nkrumah a Nyerere, de Lumumba a Senghor, que constituíam a primeira geração dos movimentos de libertação.
Também nas colónias portuguesas surgiram dirigentes de elevada craveira técnica e intelectual, como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Viriato da Cruz, os irmãos Pinto de Andrade, Aquino de Bragança, entre outros.
O itinerário desta primeira geração começou com o movimento descolonizador. É uma geração que regressa a África, depois dos seus estudos na Europa e um pouco por todo o mundo, que tem maior consciência da exploração a que estavam sujeitas as populações africanas, que aspira a dirigir os novos países que ela própria vai criar.
Esta geração de nacionalistas, herdeira das fronteiras estabelecidas na Conferência de Berlim, acabou por ter de destruir as estruturas tradicionais dos povos africanos, talvez de forma ainda mais radical e violenta do que os europeus tinham feito.
Os novos dirigentes nacionalistas não se inte-

gravam nas estruturas tradicionais dos povos, já não possuíam laços orgânicos com os seus grupos originários e não podiam, por isso, aspirar a serem seus chefes, nem estavam interessados nisso. O seu programa foi criar um novo país e integrar nele um novo povo, isto é, um somatório de povos sem o necessário cimento cultural comum. O cimento mais evidente para a primeira construção dessa amálgama comum, assentava precisamente na luta de libertação.

O tribalismo era um perigoso concorrente para os novos nacionalistas, a quem disputava o poder. O tribalismo é em si mesmo um tipo de nacionalismo. Por isso foi combatido pelos dirigentes dos movimentos de libertação, por o considerarem contra os interesses dos povos e da sua libertação. Mas, na realidade, o tribalismo representava os tradicionais valores dos povos de África, questão que os novos dirigentes nacionais não puderam ultrapassar sem novos e extensos conflitos.

7. MOÇAMBIQUE E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

Construir uma identidade nacional foi (e continua a ser) um dos maiores desafios da geração que levou Moçambique à independência depois de dez anos de luta armada.

Em Moçambique, o grupo de Samora Machel, que sucedeu a Mondlane como presidente do movimento, irá conduzir a FRELIMO até à independência, ultrapassando, através de lutas fratricidas, todos os opositores. Este grupo pretendia iniciar uma revolução social, cujo paradigma de base era a luta de libertação nacional, mas trazendo associado o fim de criar um "Homem novo". Tratava-se, em suma, de levar à prática as teorias da guerra revolucionária de subverter a ordem colonial e de eliminar a influência ocidental em território africano, mediante a aplicação de influências ideológicas próximas do marxismo-leninismo.

Esta opção, juntamente com outras razões que devem ser consideradas, conduziu à guerra civil, pouco depois da independência. Foi uma guerra tão ou mais violenta que a guerra de libertação. Atingiu todo o país, e portanto também as regiões do Sul, onde a guerra da independência não tinha chegado, constituindo, para essas populações, mais numerosas que as do Norte, a única guerra que lhes restou na memória.

Mas a raiz da construção do primeiro nacionalismo e da consequente identidade comum, está na guerra de libertação. Socorremo-nos das palavras de José Luís Cabaço, membro do Governo de Transição de Moçambique, por parte da FRELIMO, entre Setembro de 1974 e a independência, em Junho de 1975, na sua tese de doutoramento, *Moçambique – Identidade, Colonialismo e Libertação:* "Opunham-se neste conflito [da FRELIMO com o poder tradicional] o protonacionalismo e a ideia de nação. Frente a frente foram-se polarizando dois planos de identidade coletiva: a) a conceção de uma independência confinada à própria região e comunidade etnolinguística (...); b) o processo prescritivo de uma nova identidade construída em torno da pertença a um território geográfico que aceitava as fronteiras coloniais, cuja

identidade se devia ir estruturando pela participação numa tarefa comum, a luta armada, e pela identificação num objetivo comum, a independência. (...) o movimento de libertação como embrião do Estado."[1]

No Moçambique de hoje continua a discutir-se o problema, na consciência da sua importância para qualquer estratégia nacional. Aliás, do programa do governo para o período 2010-2014 consta, como objectivo central, a "Consolidação da Unidade Nacional", definida esta da seguinte forma: "A unidade nacional, que foi um dos factores decisivos da vitória do povo moçambicano na luta contra a dominação estrangeira, constitui uma das prioridades centrais da acção política do Governo, mormente na promoção da moçambicanidade, autoestima individual e colectiva e da valorização da nossa diversidade e dos nossos heróis e talentos."[2]

Mas não devemos deixar de ouvir a voz daquele chefe tradicional entrevistado por Alcinda Honwana, em 2002, que lhe disse: "Com o fim dos chefes tradicionais (...) as pessoas deixaram de usufruir da protecção dos antepassados e as coisas começaram a correr mal. (...) Toda a vida da comunidade ficou destruída, pois já não havia respeito pelos velhos, respeito pelos antepassados, respeito pelas nossas tradições."[3]

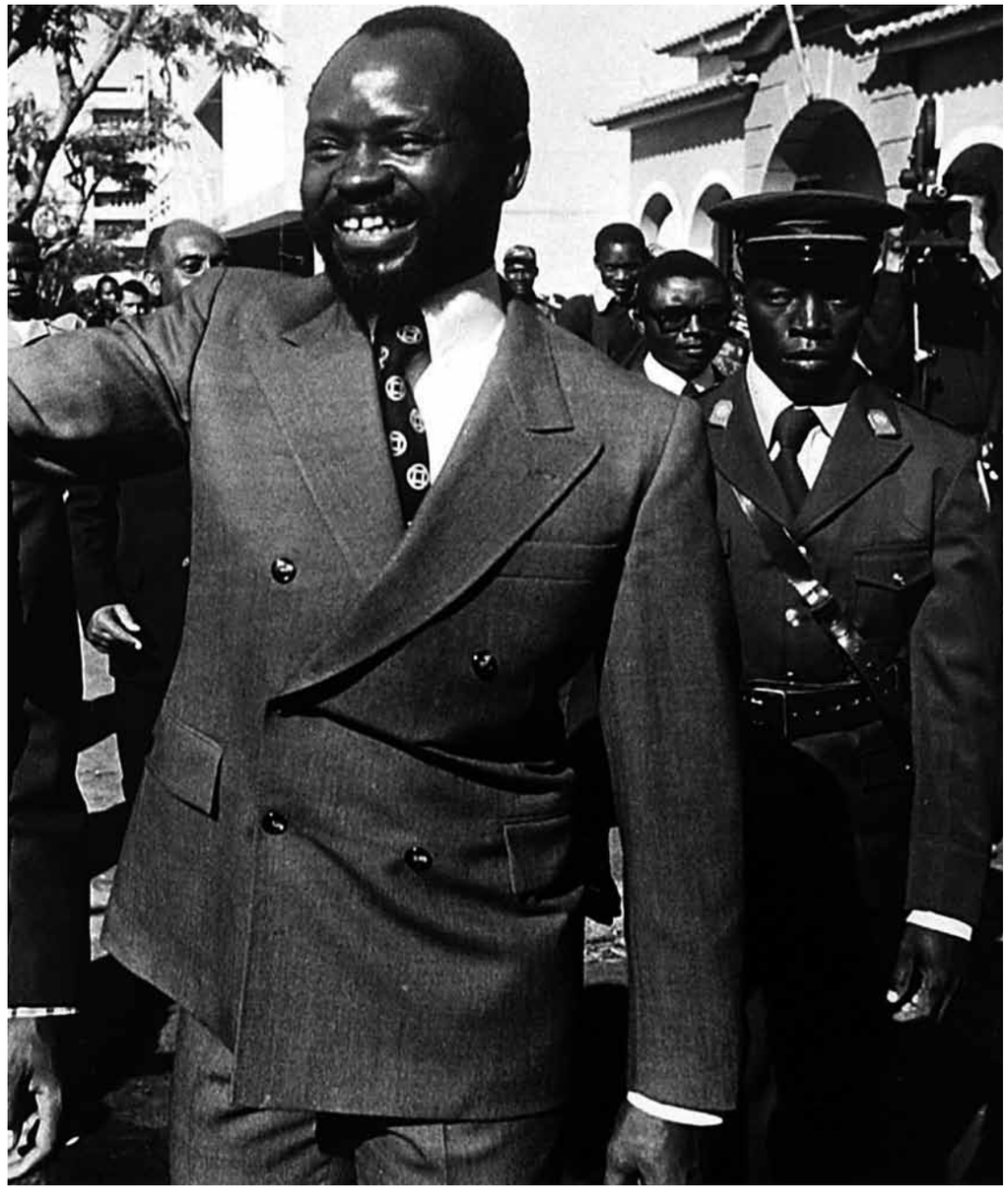
Em suma, a ideia de liberdade, associada à luta pela independência, traz consigo, frequentemente, o problema da inexistência da coesão nacional para, uma vez obtida a vitória, pôr em andamento um programa político de progresso e de paz. O caso de Moçambique não é, nesse aspeto, diferente de muitos outros, mesmo daqueles que, historicamente, poderiam ter obrigação de construir, com mais solidez e mais rapidamente, um projecto comum de unidade nacional. Tal como nesses casos, a frase *fez-se Moçambique, agora é necessário fazer os moçambicanos* é o perfeito paradigma da dificuldade existente na construção de novas unidades políticas, sempre que o levantamento do Estado precede a consolidação da Nação.

---

[1] S. Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 320.

[2] Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014, aprovado em 5 de abril de 2010 pela Assembleia da República de Moçambique.

[3] *Espíritos vivos, tradições modernas*. Maputo: Promedia, 2002, p. 171.



Samora Machel (1933-1986), primeiro Presidente da República Popular de Moçambique

Notas sobre a Descolonização de **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

JOSÉ MARIA MOREIRA DE AZEVEDO

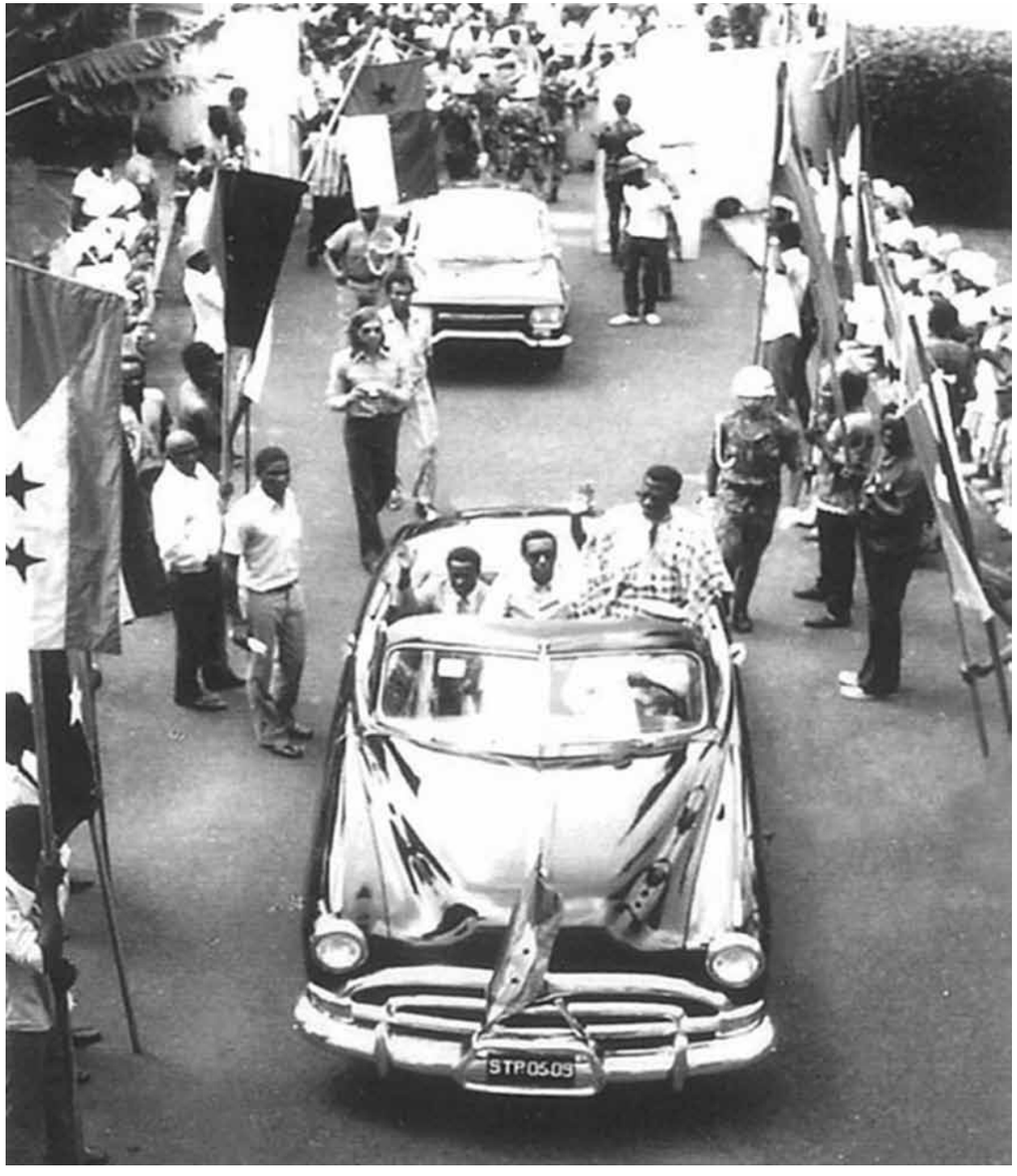
1 - PRELIMINARES

Contrariamente ao que aconteceu em Angola, Guiné e Moçambique, em São Tomé e Príncipe, devido à sua pequenez, (1.001 quilómetros quadrados de superfície e cerca de 75.000 habitantes) à sua insularidade e à vigilância da PIDE, não houve guerra colonial. Contudo, como resultado de uma colonização tantas vezes violenta e humilhante, existia no meio do povo santomense um estado latente de revolta, expressa em lutas frequentes contra a administração colonial. Na sua memória colectiva, estavam profundamente gravados acontecimentos com séculos de existência, tais como a revolta de escravos, comandadas por Ion Gato e o Rei Amador, considerados heróis nacionais, e um acontecimento bem mais recente, conhecido por Massacre de Batepá, ocorrido em Fevereiro de 1953, sendo governador o tenente-coronel Sousa Gorgulho. Este, após alguns anos em que as suas relações com os forros se podem considerar boas, acabou por tomar medidas, primeiro pela via administrativa para e depois pela via da coação, para os levar a trabalhar nas roças e nas obras públicas, para suprir a escassez de mão-de-obra. Não conseguiu atingir os seus intentos porque os forros sempre associaram o trabalho nas roças à escravatura e porque, nas obras públicas, não recebiam os salários prometidos ou nem sequer recebiam qualquer remuneração, sendo sujeitos a condições de trabalho ignóbeis. Por essa razão, e para justificar maior violência, alegou a existência de um movimento comunista para matar todos os brancos, apoderar-se de todas as suas mulheres e tomar o poder.

Os relatos sobre as atrocidades cometidas referem mulheres violadas, habitações queimadas, homens caçados a tiro, queimados em secadores de cacau e sujeitos a trabalhos e sujeitos a trabalhos forçados na praia de Fernão Dias, onde eram obrigados a "esvaziar o mar", carregando barris de água para a despejar em terra.

Há uma grande discrepância quanto ao número de mortos, indo de cerca de 150 até 1000 ou mais, mas no meio dos santomenses prevalece este último.

Uma delegação da PIDE, enviada em 4 de Mar-



Leonel d´Alva (de pé), Carlos Graça e Pedro Umbelina, chegando ao Palácio do Governador para tomarem posse no Governo de Transição. Fotografia gentilmente cedida pelo coronel Conde Falcão.

ço de 1953 pelo ministro do Ultramar, almirante Sarmento Rodrigues, apresentou um relatório onde se concluía que não tinha existido a alegada revolta de inspiração comunista, pelo que o tenente-coronel Gorgulho foi chamado a Lisboa e destituído.

Apesar das dúvidas que possam existir quanto ao que verdadeiramente aconteceu, os acontecimentos de Batepá são inqualificáveis e marcaram profundamente daqueles movimentos, é reconhecido como único legítimo representante do povo santomense, pela ONU em 1962 e, em 1963 pela OUA, aquando da fundação desta.

Em Julho de 1972, com o objectivo de reforçar e alargar a sua acção, o CLSTP tomou a decisão de realizar, em Malabo, um congresso para se transformar num movimento, dando, assim, origem ao Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) cujo *bureau* político ficou constituído por nove elementos, Dr. Manuel Pinto da Costa, secretário-geral, Dr. Leonel d´Alva, secretário-geral adjunto, Miguel Trovoada, secretário dos Negócios Estrangeiros, Guadalupe Ceita, secretária dos Assuntos Sociais e Financeiros, Dr. Carlos Graça, secretário da Cultura e Educação, Engº José Fret Lau Chong, secretário da Propaganda.

O MLSTP ficou com sede em Malabo e, somente após o 25 de Abril, pôde transferir-se para Libreville, aonde regressaram Miguel Trovoada e Carlos Graça que, desde 1961, ali residiam, fazendo parte do Comité que ali existia.

2 - DELEGAÇÃO DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

Em Maio/Junho de 1974 apareceram, nos jornais em Portugal, notícias sobre a existência de grande agitação no seio dos trabalhadores das roças que acusavam os "roceiros" de terem armas na sua posse e de estarem na disposição de as utilizar em resposta às suas reivindicações. Noticiavam, ainda, que existia grande agitação e tensão no seio de toda a população.

Em consequência disso, foi decidido enviar àquele território uma delegação, denominada Delegação da Junta de Salvação Nacional, constituída por três oficiais, sendo um Exército, major Moreira de Azevedo, outro da Armada, comandante Cavaleiro Ferreira, e outro da Força Aérea, major Velez Caldas, a quem era atribuída a vaga missão de "tratar localmente de assuntos relacionados com o Movimento das Forças Armadas". Foi-lhes, contudo, recomendado verbalmente que, logo que chegassem a São Tomé, verificassem se havia condições para se manterem em funções o encarregado do Governo e o comandante Militar.

O governador, coronel Cecílio Gonçalves, já tinha, em condições pouco claras, regressado a Lisboa, tendo sido substituído, interinamente, pelo intendente Licínio Pinto Souto como encarregado do Governo, o qual se manteve em funções até à tomada de posse do novo governador.

O comandante Militar, tenente-coronel Ricardo Durão, regressara a Lisboa para assumir as funções de delegado da Junta de Salvação Nacional junto do Ministério do Trabalho, tendo sido substituído interinamente por um oficial que continuava a actuar como se nada tivesse acontecido em 25 de Abril, razão pela qual teve de regressar a Portugal.

A Delegação da JSN chegou a São Tomé em 11 de Junho de 1974, estando previsto o seu regresso a Lisboa em 25 desse mês, o que não veio a acontecer por força da complexa situação que encontrou à sua chegada e do seu posterior desenvolvimento. Os elementos da Força Aérea e do Exército regressaram a Lisboa, por motivos de serviço, em princípios de Julho, mantendo-se no território até 15 de Agosto o comandante Cavaleiro Ferreira.

Durante a sua permanência no território, a Delegação da JSN actuando, dentro do espírito do Programa do MFA, promoveu dezenas de reuniões e sessões de esclarecimento nas duas ilhas, procurando explicar o significado e consequências do 25 de Abril.

Após o regresso do elemento do Exército a Lisboa, este elaborou um relatório onde eram abordados os problemas existentes nas mais diversas áreas e sugeridas medidas urgentes a tomar, sendo uma delas a ida urgente do governador e do comandante Militar, escolhidos pelo MFA, conforme insistentes solicitações feitas pela Delegação desde a sua chegada a São Tomé. Este relatório foi apresentado ao ministro da Coordenação Interritorial (MCI), Dr. Almeida Santos, tendo sido entregue um exemplar ao tenente-coronel Pires Veloso, já indigitado para governador.

Neste era referida a existência do MLSTP, da Associação Cívica Pró-MLSTP, da Frente Popular Livre e do Centro Democrático de São Tomé e Príncipe.

O MLSTP, sediado em Libreville, mantinha contacto com o povo santomense, apenas à distância, especialmente através do programa radiofónico "A Voz do Povo de São Tomé e Príncipe", não sendo expectável que um ou mais dos seus membros viessem fazer trabalho político em São Tomé e Príncipe por não confiarem na situação que ali se vivia. Com efeito, embora a ONU e a OUA reconhecessem aquele movimento como único e legítimo representante do povo santomense, Portugal ainda o não tinha feito.

A Associação Cívica era, prevalecentemente, constituída por jovens estudantes idos de Portugal, onde, depois do 25 de Abril, se tinham organizado, com o apoio do MLSTP, para, no terreno, mobilizar e consciencializar o povo para a necessidade urgente de destruir o aparelho colonial e de forçar as autoridades portuguesas a negociar com o MLSTP a independência total e imediata de São Tomé e Príncipe.

O seu comportamento, contudo, nem sempre estava em consonância com o programa do movimento que diziam apoiar. A sua acção desenvolvia-se através de comícios em todo o território, de manifestações de rua ordeiras mas utilizando, por vezes, linguagem acesa, demagógica e racista e através de incentivação permanente às greves em todas as áreas de actividade, especialmente nas roças.

As figuras principais da Associação Cívica cedo perceberam que os delegados da JSN não vinham instruídos para defender a independência total e imediata por eles exigida, mas sim esclarecer o povo santomense de que, agora, estava o caminho aberto para escolher, livre e democraticamente, o seu futuro.

A Frente Popular Livre era uma associação nascida depois do 25 de Abril, com fins políticos, e cujo comité organizador era constituído por sete elementos, seis naturais de São Tomé e um eu-

ropeu. Tinha um cariz moderado, defendendo uma autonomia progressiva, por entender utópicas as vantagens de uma independência total e imediata. A sua actuação era reduzida, sendo os seus elementos apelidados, pela Associação Cívica, de "burgueses", "reaccionários" e "neocolonialistas".

O Centro Democrático de São Tomé e Príncipe, também surgido depois do 25 Abril, era composto por europeus e um natural de São Tomé e declarava não visar fins político-partidários, mas sim promover a educação política do povo. À data do regresso da delegação a Portugal, encontrava-se praticamente inactivo.

A Delegação da Junta de Salvação Nacional encontrou, à sua chegada, um clima de boatos e de grande tensão entre brancos e pretos e uma população nativa que não confiava, minimamente, nas Forças Armadas que sempre tinha considerado estarem ao serviço dos interesses dos "roceiros". Estabeleceram contactos, que sempre se mantiveram, com o Comando Militar e com o encarregado do Governo.

Reportaram as suas primeiras impressões para Lisboa, com quem se mantiveram em ligação permanente, dando informações sobre o evoluir da situação.

O saneamento político não constituiu, de forma alguma, a sua preocupação principal, tendo-se limitado a:

- Propor o regresso a Portugal do comandante Militar Interino;
- Promover a transferência, para Angola, de dois alferes milicianos, um por razões disciplinares e outro por ter mantido relações muito estreitas com a PIDE-DGS;
- Fazer regressar a Portugal, urgentemente, nove elementos da ex-PIDE-DGS e transferir os restantes dois para Angola;

Desde logo foi tomada a decisão de pressionar o MCI para que o Dr. juiz Pereira de Castro, "na salvaguarda do espírito do Programa do MFA", fosse urgentemente para São Tomé, ali se mantendo até ao encerramento do processo de averiguações do Massacre de Batepá.

A Delegação da JSN, quer com os seus três elementos, quer quando reduzida ao comandante Cavaleiro Ferreira, não se limitou a reuniões e sessões de esclarecimento, tendo acompanhado permanentemente a evolução da complexa e preocupante situação política, social e económica, cooperando com o governo na resolução dos problemas que encontrou ou que iam surgindo diariamente e intervindo, directamente, nalguns casos de maior premência ou gravidade, como aconteceu logo nos primeiros dias, designadamente nas greves dos estivadores de São Tomé e do Príncipe, na greve das Obras Públicas, no conflito entre os trabalhadores e a entidade patronal da Tecnil, no repatriamento de trabalhadores caboverdeanos das roças e na melhoria do reabastecimento das ilhas.

Um dos mais graves problemas ali vividos era a falta de reabastecimento das ilhas, mormente em géneros alimentícios, devida à extraordinária redução da navegação comercial, por causa das greves nos portos de Luanda e Lobito, de onde vinham ou por onde transitavam os navios mercantes, tendo a fragata "João Belo", com farinha a bordo, evitado a ruptura de *stocks* que, naquela data, se iria verificar.

Chegada a São Tomé de António Pires dos Santos (Ohnet) em Setembro de 1974, vendo-se sentado na tampa do motor da viatura, Filinto da Costa Alegre, da Associação Cívica. Foto gentilmente cedida pelo Coronel Conde Falcão

Prevista para quinze dias, acabou por ultrapassar dois meses a permanência da Delegação da JSN, ainda que reduzida ao elemento da Marinha, a partir de 9 de Julho de 1974. Embora com uma missão muito vaga, os delegados acabaram por ter que tomar decisões e assumir responsabilidades extraordinárias apenas "legitimadas" pelo espírito revolucionário de Movimento das Forças Armadas, o povo santomense, acentuando de forma intensa o seu desejo de emancipação e nos nacionalistas, a convicção de que era imperioso criar um movimento de libertação que lutasse pela independência total do seu país.

3 – GOVERNO DO TENENTE CORONEL PIRES VELOSO

No dia 30 de Julho de 1974 aterrou em São Tomé o novo governador, tenente-coronel Pires Veloso que, em Moçambique e desde os primeiros momentos, sempre esteve com o Movimento dos Capitães, sendo, assim, um oficial do 25 de Abril. Fora do edifício do aeroporto tinha a aguardá-lo uma multidão gritando "independênxa total sã kwa ku povo mêcê!" ("independência total é tudo o que o povo quer!") e outras palavras de ordem. Nesse mesmo dia tomou posse substituindo o encarregado do Governo, intendente Licínio Pinto de Souto e teve a apoiá-lo, até 13 de Agosto, o

comandante Cavaleiro Ferreira.
Encontrou no seio de toda a população um clima de grande tensão, de boatos, desconfiança mútua entre brancos e pretos, de greves permanentes, de manifestações, a todo o momento e sobre qualquer pretexto real ou fictício, confirmando-se, assim, a situação descrita no relatório apresentado pela Delegação da JSN, clima esse resultante do trabalho político que vinha sendo feito desde princípios de Junho pela Associação Cívica Pró-MLSTP que, desde meados de Agosto, deixou de ter qualquer oposição política, em virtude da Frente Popular Livre, não tendo obtido o apoio popular que esperava, se ter dissolvido, aderindo os seus membros ao MLSTP.
Embora Portugal reconhecesse, pela lei constitucional n.º7/74 de 27 de Julho, o direito à independência dos territórios ultramarinos, os militantes da Associação Cívica presumiam que, em relação a São Tomé e Príncipe, iria ser exigida a via referendária, hipótese que rejeitavam em absoluto.
O tenente-coronel Pires Veloso, embora discordando da forma como estava a ser conduzida a luta política, cedo percebeu que esta tinha conseguido atingir os seus objectivos, pois a grande maioria do povo queria, efectivamente, a independência. Disso deu conhecimento a Lisboa, passando a insistir na necessidade de negociações urgentes entre o Governo Português e o MLSTP, na esperança de que, assim, a Associação Cívica travasse a escalada de luta política, sobretudo nos aspectos em que estava a afectar gravemente o futuro económico de São Tomé e Príncipe e o bem-estar da população.
Nos dias 5 e 6 de Setembro, mês em que a pressão da Associação Cívica tinha chegado ao rubro, viveram-se situações delicadas. No dia 5, de manhã, numerosos populares invadiram a cidade em atitude intimidatória e assaltaram armazéns, atirando para a rua os sacos de mercadorias encontrados, pretendendo evidenciar que os comerciantes estavam a sonegar bens essenciais, enquanto o povo estava a sofrer privações por a eles não ter acesso. Para evitar que o tumulto se agravasse, a Polícia do Exército foi obrigada a intervir, tendo resolvido a situação rapidamente, dispersando os manifestantes.
No dia seguinte, também de manhã, foi recebido, no Comando da Polícia Militar, um telefonema do Riboque, onde a Associação Cívica tinha a sua sede, informando que tinham sido encontradas armas que, alegadamente, iriam ser utilizadas pelos brancos.
Uma força da polícia militar ali se deslocou, encontrando centenas de manifestantes em grande agitação. Os militares, sentindo-se rodeados, na tentativa de lhes serem retiradas as armas, reagiram, instintivamente, fazendo tiro para o ar com o objectivo de intimidar os assaltantes e dispersar a multidão ali concentrada. Cessado o tiro, ao fim de pouco tempo, foi encontrado a cerca de setenta metros, jazendo no chão, ferido por uma bala mas ainda com vida, um nativo conhecido pelo nome do Giovani. Transportado para o hospital numa viatura militar, acabou por falecer no percurso. Tendo em conta a posição do corpo e a zona do impacto da bala, ficou afastada a hipótese do Giovani ter sido vítima de um tiro directo feito por algum militar. Do inquérito feito, nunca se chegou a saber a origem do tiro, admitindo-se como mais provável tratar-se do ricochete de uma bala perdida.
Nesse mesmo dia morreu um soldado da Companhia de Caçadores 7 por ter caído de uma viatura em que participava numa patrulha perto da Roça Santa Catarina. Aquelas foram as únicas mortes resultantes do processo de descolonização.
Na altura de maior convulsão, a pedido do tenente-coronel Pires Veloso, deslocou-se de Luanda a São Tomé uma companhia de fuzileiros navais que permaneceu apenas alguns dias, uma vez que a sua presença estava a causar medo e insegurança no seio da população nativa.
Algum tempo após a partida dos fuzileiros, mas agora para permanecer no território, aterrou, no aeroporto de São Tomé, uma Companhia com um efectivo de cerca de cento e cinquenta homens.
Apesar de se terem vivido momentos muito próximos da insurreição, os militares, nas poucas vezes que tiveram que actuar, fizeram-no com carácter dissuasivo e não com objectivos repressivos, como alguns colonos chegaram a pretender. Aliás, tanto o Governo como as Forças Armadas nunca coartaram a actividade política da Associação Cívica que pôde, livremente, organizar greves, promover manifestações, comícios, etc...
Um dos problemas mais graves que o Governo teve de enfrentar foi o da apetência demonstrada pela Associação Cívica pela posse de armas, o que levava a admitir a hipótese de vir a querer utilizá-las.
Isso ficou demonstrado quando um grupo de soldados nativos assaltou uma arrecadação de material de guerra no quartel, onde chegaram a carregar armas e munições em quantidade considerável numa viatura que acabou por ser impedida de sair. Para além disso, constava que a Associação Cívica tinha armas escondidas no Riboque e sabia-se que havia material de guerra na Roça Diogo Vaz, por ela considerada "zona libertada" e, em arrecadações, em diversas roças, espalhadas pelo território e que estavam sobre o seu controle. Esse armamento tinha pertencido à Organização Provincial dos Voluntários e Defesa Civil (OPVDC) que, essencialmente, existiu para defender os interesses dos "roceiros".
O tenente-coronel Pires Veloso, embora repudiando os métodos utilizados, em diversas circunstâncias, por elementos da Associação Cívica, teve a perspicácia e o bom senso de manter um espaço de diálogo que lhe permitiu, após uma reunião havida, por iniciativa sua, com os dirigentes daquela associação, convencê-los a entregar todo o armamento no Comando Militar, o que veio a acontecer no próprio dia da reunião.
Na sequência dos acontecimentos dos dias 5 e 6 de Setembro, aumentou a desconfiança entre brancos e pretos e os primeiros, receando sofrer retaliações, abandonaram as roças e juntaram-se aos residentes na cidade, tendo algumas centenas invadido o Palácio, completamente transtornados, exigindo a tomada de medidas duras ou a sua repatriação. No meio de impropérios, palavras ofensivas e acusações de que era "mole" e estava do lado dos pretos, o tenente-coronel Pires Veloso manteve, mais uma vez, a calma, procurando chamá-los à razão, dizendo-lhes que a utilização da força não resolveria o problema, antes o agravaria, comprometendo até a futura

permanência de portugueses em São Tomé e Príncipe. Acabaram por desmobilizar quando lhes garantiu que ia patrulhar a cidade e sugeriu que aqueles que quisessem poderiam ir com as famílias para o quartel da Polícia Militar e ai permanecerem, sugestão que foi seguida por alguns.
Estes acontecimentos provocaram o medo também no seio da população nativa que tendo, ainda, bem vivo na sua memória o Massacre de Batepá, receava que o desenvolvimento daqueles acontecimentos pudesse conduzir a uma acção violenta por parte do Governo, ainda que a sua actuação anterior não o fizesse prever.
No dia 7 de Setembro foram apresentados ao governador, por cinco comissões representativas dos pequenos proprietários, dos empregados, dos industriais, dos comerciantes e dos empreiteiros de construção civil e obras públicas, exposições reivindicativas, onde eram feitas diversas exigências, sendo em três delas exigida a evacuação imediata.
O mesmo não aconteceu com os grandes e médios proprietários das roças que preferiram actuar em Lisboa, onde se encontravam todos, menos um, fazendo pressão sobre o Governo e o Presidente da República, dali chegando a dar ordens para as roças que na prática conduziam a uma situação de lockout.
Como resultado da pressão exercida junto do Presidente da República, este mandou para São Tomé em 10 de Setembro e sem conhecimento prévio ao Governador, supõe-se que para o "ajudar a pôr a tudo na ordem", o tenente-coronel Ricardo Durão, que era o comandante Militar na altura do 25 de Abril e estava conotado como grande amigo dos "roceiros", mantendo com eles uma relação de grande proximidade. Certamente que o general Spínola não contava com a reacção do tenente-coronel Pires Veloso, que se recusou a receber pessoalmente o seu "emissário" e a alojá-lo no Palácio como ele pretendia, não obstando, contudo, a que se alojasse noutro lado.
Perante isto, o tenente-coronel Ricardo Durão, resolveu regressar a Lisboa no mesmo avião que o tinha levado.
Receosos de que, depois disto, o tenente-coronel Pires Veloso acabasse por se demitir ou viesse a ser demitido pelo Presidente da República, tanto o comandante Militar como a Coordenadora do MFA de São Tomé e Príncipe enviaram mensagens, respectivamente para o general Costa Gomes e para o MFA em Lisboa, chamando a atenção para a situação gravíssima que seria criada no caso de acontecer a demissão.
Em 21 de Setembro, apesar dos acontecimentos dos dias 5, 6 e 7, ainda havia portugueses acreditando que poderiam continuar a viver em São Tomé e Príncipe como país independente, conforme se deduz do teor de um telegrama dirigido, naquela data, por comissão representativa «de 16 entidades, singulares e colectivas», ao Presidente da República, ao primeiro-ministro, ao ministro da Coordenação Interterritorial e à Comissão Coordenadora do Programa do MFA, cujo teor era o seguinte:
"SECTOR POPULAÇÃO EUROPEIA INCLUINDO COMERCIANTES INDUSTRIAIS DECIDIDOS CONTINUAR SUA VIDA STOME PRINCIPE VIRGULA PERANTE SITUAÇÃO POLITICA PREOCUPANTE PODE

Palácio do Governador de São Tomé e Príncipe

PROVOCAR BANHO SANGUE INOCENTE NESTE PAIS VIRGULA NÃO ACEITANDO INERCIA GOVERNO PORTUGUES INICIO CONVERSAÇOES MLSTP DESMASCARA TAL ATITUDE EXIGINDO SUA ABERTURA IMEDIATA PARA INDEPENDENCIA TOTAL VIRGULA SO ASSIM PODENDO GARANTIR-SE SEGURANÇA VIDA HAVERES TODA POPULAÇAO NEGRA BRANCA MESTIÇA – Assinado: COMISSÃO"
Embora já tivesse havido contactos exploratórios, em Libreville, entre delegações portuguesas e o MLSTP, ainda não tinha sido tomada, a nível governamental, uma posição clara quanto ao início de negociações, pelo que a Coordenadora do MFA de S. Tomé e Príncipe, que tinha um programa radiofónico no emissor regional, publicava um pequeno jornal "A Voz do Povo de São Tomé e Príncipe" e fazia reuniões periódicas, acompanhando com preocupação o evoluir da situação política, económica e social, resolveu tomar uma posição para pressionar o Governo Português.
Assim, em 12 de Outubro, em apoio aos insistentes pedidos do Governador para que fossem iniciadas negociações, promoveu uma reunião com a presença da maior parte dos oficiais do quadro permanente e milicianos, onde foi tomada, por unanimidade a deliberação de:

- "Reconhecer e aceitar o MLSTP como único e legítimo representante do povo de São Tomé e Príncipe e, ao mesmo tempo, envidar todos os esforços para que a mesma posição seja tomada pelo Governo Central, garantindo todo o apoio ao ideário definido no programa do MLSTP tomando, desde já, o compromisso formal de facilitar aos seus elementos toda a liberdade para fazer a propaganda daquele programa, bem como assegurar todas as condições de segurança para o seu trabalho no terreno";
- "Denunciar, por todos os meios ao seu alcance, através de uma sistemática campanha de esclarecimento todas as manobras que possam comprometer a futura independência deste território".

Esta posição teve o apoio do MFA em Lisboa, causou impacto junto do Governo Português e foi muito bem recebida pelo MLSTP que ficou mais confiante no início de conversações ao mais alto nível. Finalmente, as negociações entre as duas partes tiveram lugar em Argel entre 23 e 26 de Novembro de 1974 nas mesmas instalações em que Portugal tinha reconhecido a independência da Guiné-Bissau.

A delegação portuguesa era constituída pelo ministro da Coordenação Interterritorial, Dr. Almeida Santos, pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jorge Campinos, pelo secretário-Adjunto do Governo, major Moreira de Azevedo, e pelo capitão Marques Ramos. A delegação do MLSTP era constituída por Miguel Trovoada, membro do *Bureau* Político e do Secretariado Executivo e encarregado das Relações Exteriores do MLSTP, pelo Eng.º José Fret, membro do *Bureau* Político e do Secretariado Executivo e encarregado da Propaganda e Informação do MLSTP, pelo Dr. Gastão Torres, membro do *Bureau* Político do MLSTP e por Pedro Umbelina, membro do *Bureau* Político do MLSTP.

As negociações, que duraram quatro dias, não foram fáceis porque algumas das exigências apresentadas pelo MLSTP eram consideradas, pela delegação portuguesa, exageradas e inaceitáveis, pelo que se chegou a um impasse.

Após consulta da delegação portuguesa ao Presidente da República Costa Gomes e ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves e afastada que foi a hipótese do referendo, firmemente recusada pelo MLSTP, as negociações retomaram o seu curso e em 26 de Novembro, após uma "maratona" de cerca de 15 horas, foi finalmente assinado o Acordo de Argel.

Nele eram fixadas as datas para a eleição de uma assembleia dotada de poderes soberanos e constituintes e para a independência nacional, respectivamente a 7 e 12 de Julho de 1975, tendo ficado estabelecido que o alto-comissário e um Governo de Transição assegurariam a transferência de poderes para o futuro Estado independente de São Tomé e Príncipe.

O alto-comissário tinha, entre outras atribuições, a de representar o Presidente da República Portuguesa e o Governo Português e garantir a integridade do território.

Competia ao Governo de Transição, composto por um primeiro-ministro e quatro Ministros nomeados pelo MLSTP e um ministro nomeado pelo Presidente da República Portuguesa que faria a ligação entre o Governo de Transição e o alto-comissário, assegurar o funcionamento de oito ministérios.

As forças policiais ficavam dependentes do primeiro-ministro e as forças armadas sediadas no território ficavam dependentes do alto-comissário.

Relativamente às tropas naturais de São Tomé e Príncipe, ficava acordado que o Governo Português e o MLSTP concertariam, entre si, as medidas de ordem administrativa consideradas convenientes.

Nele era registado com o agrado do Governo Português, a declaração, por parte do MLSTP, do propósito de respeitar e proteger as pessoas e os legítimos interesses dos cidadãos portugueses residentes no território.

Com o Acordo de Argel ficava, assim, definitivamente aberto o caminho para que, a muito curto prazo, São Tomé e Príncipe se tornasse, politicamente, um país totalmente independente e assumisse o seu futuro.

Apesar do desgaste e perda de tempo provocados pela forma como a luta política era conduzida, o Governo conseguiu arranjar espaço para enfrentar os mais diversos problemas, com especial relevo para a escassez de bens de primeira necessidade que o levou a tomar medidas extraordinárias, sendo exemplo disso conseguir a vinda de Lisboa de um navio carregado de géneros alimentícios, fornecidos pela Manutenção Militar que, na altura, apoiava efectivos militares que ultrapassavam o número de habitantes das ilhas.

Foram, ainda, tomadas medidas, com maior significado real e simbólico, como:

- A distribuição, a diversas famílias, de terras para continuar a produção de cacau que nela já existia e, ao mesmo tempo, fazer a diversificação agrícola;
- Compra, armazenamento e exportação, através dos Serviços de Agricultura, do cacau produzido pelos pequenos agricultores, na sua quase totalidade santomenses, garantindo-lhes preços muito superiores aos impostos pelos compradores habituais que abusavam da sua fragilidade económica;
- Convites insistentes a santomenses expatriados, capacitados para exercerem funções, algumas de direcção, em várias áreas de acção sob responsabilidade governamental.

Medidas de fundo não foram tomadas, quer porque não havia condições para tal, quer porque estavam naturalmente reservadas para os Governos de Transição e pós-independência. Mas, quer o Governo, quer o Comando Militar e a Coordenadora do MFA local, sempre se empenharam para que a "passagem de testemunho" fosse feita num ambiente de paz social e de trabalho. E, se relativamente à paz social se tinha assistido a uma acentuada melhoria a partir dos acontecimentos de Setembro, o mesmo não se podia dizer em relação ao trabalho, especialmente nas roças, onde se chegou a trabalhar apenas duas horas por dia, facto que não parecia preocupar os dirigentes do MLSTP.

No dia 28 de Agosto, a partir de Libreville, o secretário-geral do MLSTP, Manuel Pinto da Costa dirigiu-se, pela primeira vez, ao povo santomense e referindo-se às greves, dizia: "Nós apoiamos essas greves porque contribuem para melhorar os salários dos trabalhadores." Ora, estando São Tomé e Príncipe quase à beira do caos económico e tendo havido um aumento significativo de

salários no início das greves, estas, agora, ainda que legítimas, só poderiam ter exclusivamente objectivos meramente políticos.
Somente a 6 de Novembro de 1974, cerca de duas semanas antes do Acordo de Argel, a Associação Cívica reconhecia publicamente a necessidade de aumento de produtividade afirmando:
"Além das greves, as reivindicações políticas do nosso povo continuaram a manifestar-se através da baixa produtividade de trabalho. *Para mostrarmos ao mundo e ao governo português o nosso desejo sincero de solucionar por meio das negociações o contencioso colonial, o MLSTP ordena que seja aumentada a produtividade de trabalho*. Isto constitui uma forma de cessar-fogo momentânea entre as duas partes para permitir que as futuras negociações decorram num clima mais favorável à realização do objectivo que pretendemos: INDEPENDÊNCIA IMEDIATA E TOTAL."
Esta "ordem" não surtiu, na prática, qualquer efeito, pois tudo continuou na mesma. Embora estivessem criadas e garantidas as condições políticas para a transmissão do poder, o Governo de Transição iria recebê-lo, do ponto de vista económico e do bem-estar da população, em situação bem pior do que a existente em 25 de Abril de 1974, sem que isso pudesse ser imputado a quem governou São Tomé e Príncipe desde aquela data até 20 de Dezembro de 1974.

4 – GOVERNO DE TRANSIÇÃO E INDEPENDÊNCIA

Em 21 de Dezembro de 1974, aterraram, no aeroporto de São Tomé, o Dr. Leonel d´Alva e o Dr. Carlos Graça, membros históricos do MLSTP, para fazer parte do Governo de Transição, mas não tiveram a recepção triunfal que esperariam, tendo em conta a forma apoteótica como, em princípios desse mês, tinha sido recebido, para acompanhar o trabalho político da Associação Cívica, o comissário político António Pires dos Santos (ONHET), aliás o primeiro membro histórico do MLSTP a chegar a São Tomé.
Nesse mesmo dia, tomaram posse o alto-comissário coronel Pires Veloso e o Governo de Transição constituído por 5 elementos nomeados pelo MLSTP (Dr. Leonel d´Alva, primeiro- ministro e ministro de Coordenação Económica e da Administração Interna, Alda Espírito Santo, ministra da Educação e Cultura, Dr. Carlos Graça, ministro dos Assuntos Sociais, Dr. Gastão Torres, ministro da Justiça e do Trabalho e Pedro Umbelina, ministro da Comunicação Social) e, por um ministro nomeado pelo Presidente da República Portuguesa, major Moreira de Azevedo, com a função de estabelecer a ligação entre o Governo de Transição e o alto-comissário e a quem, cumulativamente, foi atribuído o Ministério do Equipamento Social e Ambiente. Era de esperar que, a partir daquele momento, o Governo de Transição se pudesse empenhar na pacificação social, na melhoria das condições socioeconómicas do povo santomense, profundamente degradadas, e na preparação e organização das eleições para a Assembleia Constituinte. Tal não aconteceu por força da contradição entre os elementos históricos do MLSTP, Leonel d´Alva e Carlos Graça e os elementos oriundos da Associação Cívica, Gastão Torres e Pedro Umbelina, os primeiros assumindo uma posição moderada e os segundos assumindo uma posição radical. Alda Espírito Santo, embora ligada à Associação Cívica, mantinha um certo distanciamento, não apoiando algumas das suas posições mais extremistas.

Delegados da JSN em visita à Santa Casa da Misericórdia de São Tomé. Fotografia gentilmente cedida pelo almirante Cavaleiro Ferreira

Com a tomada de posse do Governo de Transição e garantido que estava o caminho para a independência, seria de contar que a Associação Cívica se dissolvesse, integrando-se os seus elementos no MLSTP. Esperar-se-ia, também, que, a partir daí, houvesse uma unidade de acção tão necessária para enfrentar os gravíssimos problemas que esperavam o Governo de Transição, uns herdados do sistema colonial, outros resultantes da luta política desenvolvida até aí, mas o que aconteceu foi a Associação Cívica retomar a sua linha de acção anterior. Ia-se adivinhando uma rotura que veio a acontecer cerca de três meses depois.
Apesar de se manterem as fortes contradições dentro do Governo e do *Bureau* Político, nunca se tinha verificado qualquer rotura formal. Esta somente veio a verificar-se no mês de Março e na sequência de um diferendo entre o alto-comissá-

rio, por um lado, e o Governo de Transição e o *Bureau* Político do MLSTP, por outro, a propósito da interpretação dada ao n.º 2 do art.º 13.º do Acordo de Argel que estabelecia que "o Governo Português concertará com o MLSTP as medidas de ordem administrativa julgadas convenientes em relação aos militares de São Tomé e Príncipe".

Em 25 de Fevereiro, o alto-comissário enviou um ofício ao primeiro-ministro no sentido do MLSTP se pronunciar sobre as medidas a tomar, futuramente, quanto àqueles militares, tendo recebido a resposta, em 3 de Março, informando que o *Bureau* Político e o Comissariado Político tinham, conjuntamente, "decidido a dissolução da parte do Corpo do Exército Português constituída por militares de São Tomé e Príncipe".

Em resposta, o alto-comissário afirmava que o Acordo de Argel estabelecia que as medidas a tomar seriam concertadas entre o Governo Português e o MLSTP, pelo que o secretário-geral deveria entender-se com aquele Governo e não com ele, acrescentando que enquanto exercesse as funções de que tinha sido investido, jamais consentiria a dissolução da Companhia de Caçadores.

Em consequência da posição assumida pelo alto-comissário, todos os elementos do Governo de Transição, excepto o português, deslocaram-se a Libreville, para reunir com o secretário-geral e demais membros do *Bureau* Político.

No dia 13, o primeiro-ministro regressou a São Tomé, tendo contactado o alto-comissário que o informou que iria deslocar-se a Lisboa, tencionando propor ao Governo Português entre outras medidas, um estudo da hipótese da antecipação da data da independência, visto que o MLSTP, através dos seus actos, parecia demonstrar desinteresse na presença da ajuda portuguesa.

No dia 15, o alto-comissário, fardado, visitou os quartéis e, conjuntamente com o comandante Militar, tenente-coronel Amaral, assistiu a um exercício de fogos reais na costa norte, próximo da Roça Diogo Vaz, considerada, pela Associação Cívica, como "zona libertada". Nesse mesmo dia, o primeiro-ministro deslocou-se a Libreville, tendo o *Bureau* Político decidido, para resolver a crise, que todos os seus membros regressariam a São Tomé, excepto Guadalupe Ceita, Pires dos Santos e Miguel Trovoada, que iriam a Lisboa informar o Governo Português acerca da sua posição acerca deste diferendo. Miguel Trovoada, alegando doença, acabou por ficar em Libreville e os outros dois deslocaram-se a Lisboa mas não foram recebidos pelas autoridades portuguesas por não estarem credenciados para falarem em nome do partido. Dois dias após a chegada a São Tomé do Dr. Pinto da Costa, este e o Dr. Leonel d`Alva encontraram-se com o alto-comissário que manteve as suas ameaças, perante o que a maioria dos membros do MLSTP acabou por ceder, o que não aconteceu com o Dr. Gastão Torres e Pedro Umbelina e o núcleo duro dos jovens estudantes da Associação Cívica que mantiverem a exigência de dissolução das tropas nativas para as transformar em milícias.

No dia 19 houve um grande comício em que intervieram o primeiro-ministro, o secretário-geral, o comissário político José Fret, Alda do Espírito Santo, Filinto da Costa Alegre, Gastão Torres, e ainda dois populares. Em todas as intervenções sobressaiu o apelo à unidade, tendo Pinto da Costa, Leonel d`Alva e José Fret sido fortemente aplaudidos, o que não aconteceu com Filinto da Costa Alegre e Gastão Torres, que chegaram a ouvir gritos de "fora!".

Na noite do dia 20, a polícia, evocando ordens do primeiro-ministro, impediu o ministro da Comunicação Social, Pedro Umbelina, e os estudantes Armindo Vaz e Amadeu Espírito Santo de entrar na emissora local para fazer o programa habitual de rádio.

Na manhã do dia seguinte, o primeiro-ministro fez um comunicado informando que na noite os três tinham ido a sua casa e que, ao abandoná-la, tinham sido dados tiros para o ar, o mesmo acontecendo alguns minutos depois à porta de Virgílio Carvalho e que, por esses actos, que considerava constituírem "não somente uma provocação mas, também, um atentado à ordem pública, e uma ameaça contra a segurança das pessoas", os três tinham sido detidos para averiguações. Nesse mesmo dia, algumas horas depois, o secretário-geral fez um comunicado em que, reconhecendo "o papel importante que teve a juventude na mobilização do povo na luta do povo para a independência" mas afirmava que, a partir daquela data, não eram permitidos comícios ou qualquer outra acção política sem a prévia autorização do primeiro-ministro que era também ministro da Administração Interna. Ainda nesse dia, um comunicado da Direcção do MLSTP informava que as reuniões e actividades daquele movimento deixavam de ser efectuadas na sede da "antiga Associação Cívica" mas sim no Comissariado Político que passava a ser a sede do "glorioso movimento".

No dia 23 foi noticiado que tinham sido soltos Amadeu Espírito Santo, Teotónio Lima Torres e Pedro Umbelina.

Este último e Gastão Torres, entretanto demitidos do Governo e expulsos do Movimento sem que disso tivessem ainda conhecimento, decidiram partir para Lisboa para defender a sua posição junto do Governo Português, tencionando demitirem-se no caso deste apoiar a decisão do alto-comissário. Este já estava em Lisboa e tinha posto, ao corrente da situação, o Governo Português que se recusou a recebê-los, alegando que não traziam cartas de recomendação do secretário-geral do MLSTP.

A quase totalidade dos estudantes que estiveram envolvidos na luta política, vendo extinta a Associação Cívica, entendeu que deveria abandonar o país como o tinham feito os dois ministros demitidos. Uma parte foi para Moçambique, outra parte regressou a Portugal para prosseguir os seus estudos, Pedro Umbelina regressou à Suécia e Gastão Torres permaneceu em Portugal.

A partir de 28 de Março, Manuel Pinto da Costa, Leonel d´Alva, José Fret e Carlos Graça percorreram o território fazendo comícios para consolidar o apoio popular que já tinham sentido no primeiro grande comício realizado em 19 desse mês.

A partir daí, as relações entre o alto-comissário e o MLSTP retomaram o caminho da cordialidade e abertura e foi possível ao Governo de Transição concentrar-se nos inúmeros problemas existentes.

De todos esses problemas, o mais preocupante

Reunião do Conselho de Ministros. Da esquerda para a direita: Pedro Umbelina, Gastão Torres, Alda do Espírito Santo, Leonel d´Alva, Carlos Graça e Moreira de Azevedo

era, certamente, a falta de organização e de produtividade do sector agrícola, base essencial da economia de São Tomé, onde sobressaía a monocultura do cacau cuja exportação representava cerca de 87 por cento do valor total das exportações e cuja produção tinha sofrido, num espaço de cerca de um ano, uma redução próxima de 65 por cento com tendência a agravar-se. A inversão desta situação tinha-se tornado praticamente impossível, mesmo a médio prazo, por força dos danos irreversíveis causados em grande parte dos cacaueiros por ausência dos tratamentos necessários para a sua manutenção.

Com uma agricultura "voltada de costas para as necessidades de consumo interno" e com uma indústria incipiente, São Tomé e Príncipe dependia quase totalmente do exterior, sendo à custa das exportações que obtinha os meios financeiros para importar bens de consumo, onde sobressaíam os bens de primeira necessidade e entre estes os bens alimentares e, ainda, bens intermédios e equipamentos.

O Governo pôde, ainda, concentrar-se na preparação de eleições para a assembleia constituinte. O trabalho de recenseamento já tinha sido iniciado em 8 de Dezembro de 1974, tendo sido apurados 21.000 eleitores, e a lei eleitoral tinha sido aprovada em Maio de 1975.

No dia 7 de Julho, sem que tivesse havido qualquer incidente, foi eleita a Assembleia Constituinte e, para seu presidente, o Eng.º Nuno Xavier Dias que tinha sido oficial do Quadro Permanente da Força Aérea Portuguesa, até ter optado, algum tempo depois do 25 de Abril, pela nacionalidade santomense.

Leonel d´Alva, primeiro-ministro, discursando na varanda do Palácio após tomada de posse do Governo de Transição

Estavam, assim, criadas as condições para, conforme o Acordo de Argel, ser declarada a independência no dia 12 de Julho de 1975. Nesse dia, tão profunda e ardentemente ansiado pelo povo santomense, especialmente por aqueles que estiveram na frente da luta para a satisfação desse anseio, foi proclamada a independência de São Tomé e Príncipe, numa cerimónia em que, pelo almirante Rosa Coutinho, membro do Conselho da Revolução e em representação de Presidente da República Portuguesa, foi feita, de forma simbólica, a transferência da soberania portuguesa para o Estado de São Tomé e Príncipe, ali representado pelo Presidente da Assembleia Constituinte. A ela assistiram, para além de uma grande multidão num clima de alegria apoteótica, entre outras entidades, o adjunto do secretário-geral das Nações Unidas, Abdul Farap, o Presidente da República do Gabão, Omar Bongo, único Chefe de Estado presente, os ministros da República Portuguesa Almeida Santos e Magalhães Mota, os ex-delegados da Junta de Salvação Nacional e, naturalmente, o alto-comissário, coronel Pires Veloso, o secretário-geral do MLSTP, Manuel

Pinto da Costa, e as figuras mais proeminentes daquele movimento.
Não terá estado presente nenhum dos membros da Associação Cívica que, em Março de 1975, tinham decidido abandonar o seu país, depois de longos meses de luta política para alcançar a independência, ainda que, eventualmente, alguns a tenham desejado com contornos diferentes.
À data da independência já tinham abandonado o território quase todos os portugueses mas, em todo o processo de luta política desenvolvida pela Associação Cívica, apesar de provocados, intimidados e, eventualmente, sujeitos a maus tratos, nenhum tinha sido morto.
Ficavam, contudo, ali as marcas da cultura portuguesa e, como testemunho material da sua longa permanência naquelas ilhas, guardados na Fortaleza de São Sebastião e com vistas à criação de um museu, os monumentos e obras de arte evocativos dessa permanência, dignamente retirados dos locais onde se encontravam e onde se mantinham ainda incólumes. O comandante Cavaleiro Ferreira já tinha referido, quando delegado da Junta de Salvação Nacional, a conveniência desse procedimento, mas foi, durante o Governo de Transição, que ele se concretizou por iniciativa do alto-comissário Pires Veloso, bem aceite pelo primeiro-ministro Leonel d´Alva.
Portugal, depois de ter exercido a sua soberania por vários séculos, deixava, definitivamente, as ilhas de São Tomé e Príncipe, agora um país orgulhoso da sua independência e da sua tão forte identidade cultural.

NOTA:
O autor deste trabalho viveu, com grande proximidade e emotivamente, quase todo o período de descolonização de São Tomé e Príncipe, desde a sua chegada como delegado da Junta de Salvação Nacional até à independência. Para o realizar, socorreu-se, não só da sua memória, com a prudência que exige a distância de quarenta anos em relação aos factos narrados mas, também e sobretudo, de diversa documentação de que é possuidor e da que lhe foi gentilmente cedida, para consulta, pelo almirante Cavaleiro Ferreira que foi delegado da Junta de Salvação Nacional entre 11 de Junho e 13 de Agosto de 1974.
Para avivar a memória e obter esclarecimentos, teve ainda a ajuda, que agradece, de pessoas que por ali passaram ou ali viviam à data dos acontecimentos relatados, entre elas:
- coronel Cardoso do Amaral, comandante Militar;
- Carlos Dias Ferreira, intendente do Emissor Nacional;
- almirante Cavaleiro Ferreira;
- coronel Conde Falcão, comandante da Polícia Militar e da PSP
- Daniel Nunes, director de Serviços de Extensão Rural de STP e técnico da Missão de Inquérito Agrícola de Cabo Verde, Guiné e STP
- coronel Oliveira Patrício, comandante da Companhia de Artilharia 7252

O almirante Rosa Coutinho, em representação do Estado Português e o Engº Nuno Xavier Dias, presidente da Assembleia Constituinte, no acto formal da transferência da soberania portuguesa para o novo Estado independente.

Decisão do Governo Português "derrota" capitão de Abril

A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

VASCO LOURENÇO

FOI HÁ 40 ANOS. O processo de descolonização (na óptica dos colonizadores, pois para os colonizados é de independência) estava a chegar ao fim (não contando com o caso de Timor Leste, congelado pela invasão da Indonésia).

A última das colónias portuguesas de África, precisamente a Jóia da Coroa, estava prestes a ver a sua independência concretizada.

Para trás, ficavam vários anos de luta de libertação, numa guerra colonial sem sentido face aos tempos de mudança que assaltaram o mundo a seguir à II Guerra Mundial; para trás, ficavam tempos conturbados, passados no último ano e meio que se seguira ao libertador 25 de Abril; ficavam tentativas de conciliação entre os três Movimentos de Libertação e o Governo português; viviam-se os primeiros tempos de uma guerra civil, escavacada e explodida que fora a tentativa dos Acordos do Alvor.

Finalmente, os angolanos iriam ter um País independente, a sua Angola.

Acontecia, porém, que a guerra civil que irrompera chamara ao terreno forças estrangeiras, cada uma tentando impor o seu Movimento de Libertação: a FNLA, ajudada pelo Zaire, com os EUA por detrás; a UNITA, ajudada pela África do Sul, com o sorriso da China; o MPLA, ajudado por Cuba, com a URSS por detrás.

Era uma guerra sem quartel, mais violenta que a guerra colonial, que a cobiça pelas enormes riquezas de Angola e a posição estratégica do novo País emergente "justificavam".

Com a decisão, decorrente de Alvor e que Portugal mantinha intransigentemente, de a declaração da Independência ocorrer no dia 11 de Novembro em Luanda, todos procuravam estar a ocupar o poder na Capital, nesse dia histórico para Angola.

Ora, a guerra civil que deflagrara tivera como primeira das consequências precisamente a saída de Luanda, quer da FNLA, quer da UNITA. Resultado, assistia-se nesses momentos a uma autêntica corrida contra relógio, dos que haviam saído de Luanda.

Da parte dos que haviam permanecido, o MPLA, a preparação para evitar a sua entrada na Capital era a preocupação dominante. Intento que viria a ser conseguido, quando, com a intervenção dos cubanos, conseguiram fazer parar, no próprio dia 10 de Novembro, as colunas dos dois Movimentos, provenientes respectivamente do Norte e do Sul.

Em Luanda, os militares portugueses, coordenados pela Comissão Coordenadora do MFA em Angola, tudo faziam para conseguir as condições mínimas para que a Transmissão de Poderes se fizesse com dignidade. Aqui, seja-me permitido recordar e enaltecer o papel, a postura, desses militares de Abril e do Alto-Comissário, almirante Leonel Cardoso, que eles apoiaram. Portugal e Angola devem-lhes muito, mas, também aqui, a ingratidão do País foi a do costume.

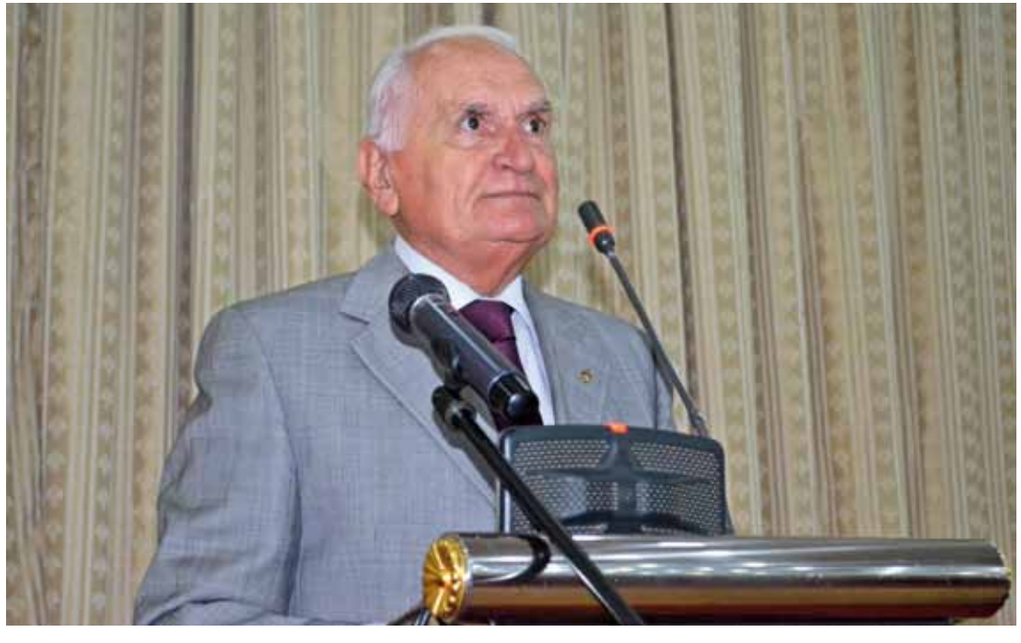
Em Portugal, viviam-se tempos altamente conturbados, onde todos conspiravam e contra conspiravam, numa luta que nos levaria rapidamente ao 25 de Novembro. Naturalmente, esse ambiente explosivo não facilitava, antes pelo contrário, a tomada de decisões consensuais. Calma era coisa que não existia, ponderação era atitude impossível de manter. Pessoalmente, considerava e continuo a considerar, que muitas das posições assumidas tinham mais a ver com razões ideológicas, com interesses alheios, do que com os verdadeiros interesses do nosso País. E, aqui, volto a afirmar o que muitas vezes tenho dito e continua a encher-

-me de orgulho: se houve quem lutou por valores, se houve quem colocasse sempre acima de quaisquer outros os interesses de Portugal, foram precisamente os Militares de Abril!
A decisão cabia ao Presidente da República e ao Governo. Aí, o Conselho da Revolução apenas tinha poder de aconselhamento.
O facto é que o Governo, o VI Provisório, chefiado pelo almirante Pinheiro de Azevedo, estava limitado pelas posições dos partidos políticos que o constituíam. E o Partido Socialista ocupava um lugar de primeira importância, num momento onde não convinha nada que se verificasse a demissão do Governo. Para além da posição do PPD, que também ameaçava sair se...
Ora, o PS, através de Mário Soares, seguia essencialmente a posição da Internacional Socialista, confundindo-a com a posição que mais interessava a Portugal.
No Conselho da Revolução, as posições extremavam-se, claramente influenciadas pela existência dos dois blocos e da guerra fria. E nem a atitude de vários dos membros do Grupo dos Nove, insuspeitos de adeptos do Bloco Leste, chegou para convencer os que, como sempre, não pensam porque têm ideias pré concebidas.
A reunião do CR do dia 10 de Novembro foi dramática e extraordinariamente conturbada.
Face à hipótese de se entregar o poder a quem estivesse em Luanda e à oposição dos que clamavam que isso era o mesmo que decidir entregá-lo ao MPLA, logo à URSS, recordo perfeitamente a intervenção de Pinheiro de Azevedo, que, no seu estilo muito característico, proclamava: " mas, nós temos informação que a coluna da FNLA, comandada pelo Santos e Castro, está às portas de Luanda, prestes a tomar o poder. Sabemos também que a coluna do exército da África do Sul, que apoia a UNITA, está muito perto de Luanda. Daí que, não tenho dúvidas, amanhã não será o MPLA a governar Luanda e, por isso, a receber o poder, de Portugal!" Opinião que não o inibia de afirmar que se demitiria se Portugal reconhecesse um governo angolano não aceite pelos três Movimentos de Libertação... O facto é que os defensores da FNLA e da UNITA no CR, que os havia, argumentaram que assim não estaríamos a cumprir os Acordos do Alvor, pois estes previam a entrega do poder, no dia 11 de Novembro em Luanda, mas aos três Movimentos de Libertação. E, o máximo que se conseguiu, foi a aprovação de uma das hipóteses constantes de um estudo encomendado por Vítor Crespo, ministro da Cooperação: Portugal iria declarar a independência de Angola, transferindo a soberania para o povo angolano. Depois, esperaria pela formação do Governo. Se fosse aceite pelos três Movimentos de Libertação. Portugal reconhecê-lo-ia, caso contrário... Bom, os acontecimentos seguintes estão bem descritos no livro de Pezarat Correia "Descolonização de Angola – A Jóia da Coroa do Império Português".
Declarada a independência, arreada a bandeira Nacional, Portugal saiu de Angola.
Foi o possível, face à ameaça de demissão do Governo (Primeiro Ministro, PS, PPD ...).
E foi assim que Portugal não transmitiu formalmente o poder aos responsáveis do último País Africano de Língua Portuguesa a conquistar a sua independência!

E nem teve em Luanda uma delegação ida daqui, pois inventaram uma avaria no avião e a delegação não passou do aeroporto!
Como é sabido, a ajuda dos cubanos permitiu ao MPLA, em circunstâncias dramáticas e *in extremis,* evitar a entrada das duas colunas inimigas em Luanda. Isso permitiu-lhe assumir o poder em Angola, ajudando-o a vencer a longa guerra civil que continuou durante muitos anos.
A atitude de Portugal viria a ter consequências desastrosas nas relações entre os dois países. Penso que ainda hoje existem sequelas bastante negativas, resultantes do facto de Portugal assim ter procedido e apenas ter reconhecido a independência de Angola vários meses depois. Ao sabor dos interesses dos seus "aliados", mais precisamente dos EUA e da RFA, Portugal permitiu que os americanos mandassem avançar os brasileiros, deixando que o Brasil, onde imperava uma ditadura militar, fosse o primeiro País a reconhecer Angola. E nós conseguimos a máxima proeza de apenas a reconhecermos depois da Alemanha, a RFA, ocupando um "honroso" 82.º lugar...
Este é um dos episódios que, como militar de Abril e português, mais me custa recordar. Na minha vida, é com satisfação que o digo, tenho tido mais vitórias que derrotas. Mas, esta é uma das derrotas que ainda hoje me custa muito a engolir. E, lamentavelmente, apesar de algumas acções, algumas das quais pude protagonizar pessoalmente, as más consequências dessa longínqua atitude ainda se fazem sentir...

Conferência em Luanda sobre a libertação e **Independência de Angola**

A reunião foi presida pelo general Geraldo Nunda, chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas



O nosso director quando proferia a sua comunicação

Os conferencistas estrangeiros participantes na Conferência (da esquerda para a direita): professor V. Shubin (Rússia), general Van Der Waals (África do Sul), general P. Correia (Portugal), general F. Llanes (Cuba), general Morasen (Cuba), general C. Cruces (Cuba). À direita o general M. Domingos Jr. (Angola), coordenador da Conferência

A CONVITE da Direcção de Estudos e Investigação Militar, do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, foi-me dada a grata oportunidade de participar numa conferência internacional subordinada ao tema "Angola, Guerra de Libertação Nacional e Independência". A conferência inseriu-se nas comemorações do quadragésimo aniversário da independência da República de Angola. Foi uma jornada de imenso significado, pelo simbolismo da efeméride que se propunha assinalar, evidentemente, mas, acima de tudo, pelo sentido que lhe quiseram conferir os seus promotores e pelo elevado nível que, em alguns momentos, atingiu.

Decorreu nos dias 25 e 26 de Agosto, no auditório do Comando do Exército, em Luanda, com um denso programa que preencheu, integral-

mente, aqueles dois dias entre as 8 e as 19horas, apenas com breves intervalos para os almoços, que decorreram nas instalações do próprio Comando do Exército e para os quais foram convidados todos os participantes e assistentes.
O principal destinatário era o meio militar, sendo a assistência, que encheu permanentemente o amplo auditório e seguiu atentamente as intervenções e debates, constituída, na quase totalidade, por oficiais dos três ramos da Forças Armadas, de todos os níveis da hierarquia mas com predominância dos escalões mais elevados. Mas foi interessante registar a presença de várias dezenas de jovens cadetes, do Exército, da Marinha e da Força Aérea e o interesse com que seguiram os trabalhos.
A Conferência foi sempre presidida, em todas as sessões, pelo general Geraldo Sachipengo Nunda, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, número um da hierarquia militar angolana, que fez questão de estar presente desde a cerimónia de abertura até à de encerramento. Presentes também, em permanência, o general reformado Roberto Leal Ramos Monteiro "Ngongo", atualmente deputado à Assembleia Nacional, onde preside à Comissão de Segurança Nacional e os comandantes supremos dos três ramos.
Para melhor se compreender o ambiente que, atualmente, carateriza as Forças Armadas Angolanas (FAA) e que esta conferência retrata, interessa referir que o general Nunda é oriundo dos quadros da UNITA, ingressou nas FAA quando da sua constituição no período que antecedeu o Acordo de Bicesse de 1991 e, quando das eleições em 1992 Savimbi reiniciou a guerra civil e ordenou aos generais oriundos da UNITA que abandonassem as FAA e reintegrassem a estrutura militar do movimento, manteve-se nas FAA, fiel ao compromisso de honra que assumira quando nelas se integrou. Em 30 de Março de 2002, na sequência da morte de Savimbi, foi a ele que coube, em representação do Estado angolano e das FAA, assinar, na cidade do Luena, com o general Kamorteiro, da UNITA, o "Memorando Complementar ao Acordo de Lusaka" que estabeleceu o cessar-fogo e assinalaria o fim da guerra civil em Angola.
A marca da Conferência foi a abrangência, bem expressa no naipe de conferencistas convidados, nacionais e estrangeiros. Entre os angolanos foi dado assistir ao confronto de comunicações de conferencistas que, em 1974, combatiam do lado das FAPLA (MPLA), do ELNA (FNLA), das FALA (UNITA) e da FLEC e que falaram das suas próprias experiências nos campos antagónicos em que militavam.
Entre os convidados estrangeiros houve uma comunicação de um professor russo, outra apresentada por três generais cubanos e outra ainda da autoria de um general sul-africano, que fora vice-cônsul (na realidade adido militar, como o próprio me confidenciou) em Luanda no tempo colonial e, em 1975, coordenou a "Operação Savannah" (invasão de Angola em apoio da UNITA). De Portugal foram convidados dois conferencistas, eu próprio e Otelo Saraiva de Carvalho, que não tendo podido deslocar-se, por motivos de saúde, enviou a sua comunicação, um bom texto que foi lido por um oficial angolano. Pela minha parte apresentei uma comunicação a que dei o título "Descolonização de Angola, o difícil percurso para a independência".
De todos os países que intervieram, diretamente, no conturbado processo que precedeu a independência, estiveram ausentes o Zaire e os Estados Unidos da América. Fiz, a um dos responsáveis pela organização, em privado obviamente, uma pergunta sobre essa ausência, que me informou que não deixaram de ser convidados mas que não tinham podido corresponder ao convite. Mais não adiantou e mais não perguntei.
A Conferência foi, inegavelmente, um sucesso, que ficou a dever-se a uma equipa de oficiais historiadores que têm investido na investigação da luta de libertação, coordenada pelo tenente-general Miguel Domingues Júnior, ele próprio mestre em história e com obras publicadas.
À margem, não deixamos de assinalar a simpatia e atenções com que fomos acolhidos durante a excelente estadia em Luanda.

PPC

Associação 25 de Abril em Luanda

APROVEITÁMOS a nossa estadia na capital angolana, participando numa conferência assinalando os 40 anos da independência, de que damos conta noutro local desta edição, para uma visita, informal e sem aviso, à sede da Associação 25 de Abril de Luanda.

O período era ingrato – muitas ausências de férias em Portugal, o dia era domingo – e não estabelecemos contato prévio pelo que, quando decidimos ir à sede da Associação, nem sabíamos se a íamos encontrar aberta. Estava, e a funcionar. Alguns, poucos, associados, um responsável directivo e um grupo de angolanos, aos quais as instalações tinham sido disponibilizadas para uma reunião de trabalho de carácter cívico-associativo, o que me disseram ser habitual.

Ligam-nos à Associação 25 de Abril de Luanda laços afectivos. Para além do significado da sua própria existência, quando da sua fundação (1982), coube-nos a honra de abrir o Livro de Honra e de inaugurarmos a placa toponímica da Rua 25 de Abril, exactamente na fachada principal do velho prédio da sede.

Tivemos pena de não ter encontrado o presidente da Direcção, Dr. Grandão Ramos, ausente em Portugal, mas fomos atenciosamente recebidos por Joaquim Saraiva, membro da Direcção. E tivemos o grato prazer de ali encontrar o arquiteto Eduardo Pires Júnior, que era militar português no 25 de Abril, foi depois combatente das FAPLA na defesa de Luanda na batalha da independência e é, hoje, general reformado das FAA.

A Associação atravessa um período de alguma expetactiva, pois está prevista a demolição do vetusto prédio onde está instalada, na zona histórica da Baixa da cidade, estando-lhe prometida instalação em substituição.

A partir desta data a Associação 25 de Abril de Luanda passará a receber, regularmente, *O Referencial*.

PPC

Henri Malosse, de nacionalidade francesa, presidente do Comité Económico e Social Europeu, visitou há um ano Portugal tendo, na ocasião, mantido contatos com a A25A. Como manifestação de interesse pelo que então viu e ouviu, entendeu, um ano depois, convidar o presidente da Direção da A25A a participar num dos debates/conferência em que o CESE ausculta o pensamento de entidades exteriores à organização. Vasco Lourenço foi um dos intervenientes da reunião do CESE, de 7 de Setembro, realizada em Bruxelas, onde proferiu a comunicação que aqui se reproduz.

O Presidente Henri Malosse e Vasco Lourenço durante a conferência

Porquê mudar a União Europeia?

VASCO LOURENÇO

À PERGUNTA QUE CONSTITUI o tema desta mesa redonda, respondo de forma simples: porque a União Europeia se transformou numa coisa totalmente diferente da que foi criada por Jean Monet, Delors. Isto é, de uma instituição que visava o bem dos cidadãos, transmutou-se para uma entidade politica, económica e social do tipo imperial. Onde não falta o centro, que define e manda executar as regras, e as regiões que, através de mandatários comprados, têm de obedecer às mesmas regras, à mesma religião, adorar o mesmo deus, sem discussão e sem possibilidade de as alterar.

Uma entidade onde aos cidadãos soberanos se substituíram as dívidas soberanas.

Dívidas essas criadas pelo imperador, que as utiliza para subjugar os súbditos, agrilhoados aos interesses do capitalismo financeiro neoliberal.

A União Europeia fundou-se assente na existência de um Estado Social, que foi a principal arma com que a Europa construiu o maior período de Paz de toda a sua História. Arma que serviu de arremesso à luta contra o comunismo, mas que deixou de interessar assim que o muro de Berlim sucumbiu e a guerra fria terminou.

O capital tinha de novo, com o total controlo dos meios de repressão, o caminho aberto para subordinar os factores sociais, como o trabalho. Resultado, a União Europeia procedeu à transição de ciclo político e económico, com os detentores dos poderes a transferirem a liquidez do sector produtivo para o da especulação. Daí o endividamento dos povos e dos Estados mais frágeis e dos maciços deslocamentos dos capitais acumulados.

Sempre apoiado em acções de camuflagem, com uma linguagem de bondade e racionalidade, que instiga nas populações um misto de sentimento de culpa e de medo em relação ao futuro. Primeiro caminho andado para dominar as massas e as transformar em rebanhos sem direitos, ao serviço de oligarcas detentores dos bens de capital que actuem em rede com os financeiros, suportados, como já disse, pelos novos vendilhões do templo.

E que utilizam, em grande escala, a maior das armas de que o capitalismo sempre se serviu para consolidar o seu poder. Falo da corrupção, instrumento maior da crise financeira que assolou o mundo ocidental e que, por isso mesmo, tem de ser combatida, sem tréguas.

Por isso, o primeiro objectivo dos povos subjugados terá de ser a derrota dos governos que se vêm prestando ao papel de cavalos de Tróia, ao serviço dos que querem destruir a civilização construída na Europa desde o final da II Guerra Mundial.

Vasco Lourenço durante a conferência

DISCRIMINIZAÇÃO DE POVOS E VACINA DE KISSINGER

Hoje, os países e os povos na Europa já são discriminados pela nova ordem, que os classifica acintosamente em soberanos, devedores e credores. Por isso a opção dos povos terá de ser entre os direitos dos cidadãos e os direitos dos especuladores financeiros. Isto é, há que decidir entre o poder dos cidadãos, de estes serem soberanos e o poder soberano das dívidas,

aliás, já chamadas de soberanas. Decidir entre ser soberano ou súbdito de dívidas soberanas... Desaparecida a solidariedade, o que se passou na Grécia é bem um exemplo da postura dos imperadores. Tal como nos antigos impérios, o actual imperador, a Alemanha, aplicou os velhos castigos, demonstrando que toda a rebeldia será castigada e todos os rebeldes serão humilhados. O que se passou é prova eloquente de que há muito pouco de democracia e demasiado de totalitarismo.

Isso não nos pode intimidar, na luta pela nossa dignidade. Não podemos permitir que, tal como Kissinger tentou em 1974/75, felizmente sem sucesso, fazer do caso português a vacina da Europa, face ao comunismo, Angela Merkel utilize a mesma fórmula para, com a derrota e humilhação da Grécia, vacinar todos os possíveis contestatários do seu poder imperial. Tal como nessa luta os portugueses conseguiram resolver os seus problemas, também agora, os povos dos países chamados de periféricos têm de ser capazes de evitar a terapia pretendida.

Não podemos permitir que se consume a substituição do contrato do Estado Social pelo capitalismo selvagem do neoliberalismo.

Não aceitamos que a dignidade do trabalho e do emprego seja substituída pela precaridade do aluguer temporário de tarefas a seres humanos. Ou a substituição da contratação pelo leilão, a produção de riqueza através do trabalho na transformação das matérias em produtos pela especulação e a agiotagem, a solidariedade intergeracional pela desvalorização dos não activos ou a competição sem regras entre os activos. Como não podemos aceitar a substituição da previdência social pela caridade, o assistencialismo e a providência divina. Ou a transformação em negócio e bem de troca da saúde, do ensino, do acesso a bens essenciais como a água, a energia, a salubridade, a segurança.

Tudo consumado pela substituição da identidade dos povos, radicada no passado de realizações comuns, de património, cultura, pela pertença à classe dos consumidores ou à dos perdedores, à classe dos credores ou dos devedores.

A nova diversidade na capacidade do agir e do pensar não pode ser substituída pelo pensamento único e pela obediência cega.

Em minha opinião, a postura dos países mais fortes, com a exploração e humilhação que vêm impondo aos países mais fracos, está a levar-nos para o fim da União Europeia.

Os povos escravizados costumam revoltar-se.

A História isso nos ensina! Quando o homem já não tem nada a perder, pois já perdeu a sua dignidade, o seu bem maior e essencial, é natural que se revolte.

Para estar nesta União Europeia é preferível sair-se! Com sacrifícios? Certamente, mas se já nada de positivo ela nos dá!

LUGAR DE CONSTRUÇÃO EM VEZ DE UMA GALÉ

A União Europeia tem de ser um lugar em construção e de respostas e não uma galé onde os países e os povos estejam agrilhoados, condenados a remar aos ritmos da Alemanha e chicoteados se não obedecerem.

Painel dos conferencistas

A desunião da União Europeia está bem expressa nas atitudes que se vêm verificando no caso dos refugiados, que aqui procuram uma vida melhor.

Este enorme problema constitui uma questão muito complexa, com variadíssimas causas.

Onde as guerras ditas preventivas, e outras de natureza similar, de cuja responsabilidade a Europa não pode eximir-se, ocupam lugar privilegiado.

Mas também a questão dos inevitáveis oportunistas que, como aves de rapina, não hesitam em explorar em benefício próprio as desgraças humanas, neste caso através das redes que organizam as viagens para a Europa dos refugiados. Impávidos e impunes, não hesitam nos seus actos criminosos, mesmo perante o acumular de milhares de mortes.

Falta também perceber bem quem estará a financiar os milhões envolvidos nestas operações, onde o objectivo político de criar problemas à Europa está claro!

Tudo isto impõe que a Europa solidária e fraterna volte a emergir, esquecendo, mesmo que por momentos, a falta de solidariedade que enfrentámos, na postura dos membros europeus no caso da chamada crise financeira.

Sim, o problema é enorme, mas a Europa terá de ser capaz de o enfrentar, lançando mãos aos valores que nos transformaram na mais humana das sociedades.

"NÃO SÃO PERMITIDOS NOVOS MUROS"

Infelizmente, esta Europa, a nossa Europa, também tem no seu seio quem considere que os problemas se resolvem com a construção de novos muros!
A esses, chegados há pouco à União Europeia, ansiosos por novos e melhores mundos, esta União Europeia tem de ser capaz de dizer "Não! Não são permitidos novos muros!" E, se eles insistirem, a União Europeia terá de ser capaz de lhes dizer, de forma clara e sem hesitações, "Saiam! Vocês não têm lugar na nossa União Europeia!"
Temos presente que a Europa, na sua fase de construção, foi vítima de um ataque demolidor do capital financeiro especulativo que, com Reagan e Thatcher deu início a uma forte ofensiva neoliberal, consubstanciada no Consenso de Washington´.
Temos de ter presente que a própria Europa também participou responsavelmente nas acções levadas a efeito pela Nato e que fragilizaram, de forma inequívoca e acentuada, as suas fronteiras do Sul e do Leste.
Ocupada pelas forças neoliberais, a Europa só conseguirá voltar a ser uma verdadeira Potência se estabelecer uma estratégia própria de Política Externa e Defesa.
Mas isso só será viável se voltar ao seu paradigma fundador, isto é, a uma entidade solidária e fraterna, uma união de cidadãos e não de mercados.
É um facto, mas, se a solidariedade desapareceu, como praticá-la nestes momentos?
Por isso, é tão urgente mudar a União Europeia!
Porque a Europa tem de voltar a ser digna de todos os povos que a compõem!
Como?
Sendo capazes de alterar a subversão dos interesses económicos pela especulação financeira, acolitada no "Não há alternativa". Sim, há, tem de haver alternativa!
E isso só se consegue se acabarmos, entre outras coisas, com o acefalismo humano dos burocratas que sustentam o actual "sistema" a que damos o nome de União Europeia.

INACEITÁVEL SUBMISSÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

A desumanidade com que o Povo grego foi e está a ser tratado pelos diversos Poderes instituídos na União Europeia, sob o pretexto do "cumprimento de regras" demonstra bem a urgência de alterar esse acefalismo humano dos burocratas.
Mas também a necessidade de combater o acefalismo democrático dos deputados.
Com efeito, quer a nível nacional, quer a nível da União Europeia, os seus deputados, com a enorme distorção democrática, em que ao preocuparem-se apenas em obedecer às determinações e ordens dos seus partidos, diga-se dos seus chefes, em vez de representarem o Povo que os elegeu, fazem com que o seu Parlamen-

to esteja subalternizado a poderes não eleitos. Tudo agravado com o facto de os chefes dos partidos se preocuparem apenas com os seus cidadãos-eleitores nas épocas eleitorais. Após isso, temos assistido a que, uma vez no poder, acentuem o enorme divórcio entre o momento eleitoral e o momento governamental. Passando à condição de meros profissionais da política. Daí que, quando os deputados obedecem apenas às ordens dos seus chefes partidários, estão a obedecer apenas às ordens de quem os comprou e os domina através da corrupção! No caso do Parlamento Europeu, a submissão à Comissão Europeia, ao Eurogrupo, ao Banco Central Europeu, entidades não sujeitas a nenhuma espécie de controlo democrático, é um facto indesmentível.

Isto não consubstancia uma situação democrática. Não podemos continuar a afirmarmo-nos como regimes democráticos e a não ser governados democraticamente! Os cidadãos-eleitores têm de recuperar a sua soberania! Ela não pode resumir-se apenas ao dia das eleições!

Foi isso, aliás, que permitiu a imposição ao Povo grego de um "acordo", exclusivamente baseado em "regras" definidas pelo "sistema".

QUESTIONAR OS INSTRUMENTOS CRIADOS PELO SISTEMA

Como militar, preocupa-me também a necessidade de por termo ao acefalismo politico dos militares.

Isto, porque retirar aos militares a capacidade de fazerem escolhas políticas é, muito simplesmente, desumanizá-los.

E, como lhes é mantido o dever do sacrifício da própria vida, mas também o poder de matar, garante ao Poder superior ter à sua disposição um enorme poder coercivo, destrutivo, assustador, sempre pronto a obedecer, quaisquer que sejam as "regras" que circulem por todas as áreas do "sistema".

Por tudo isso, há que questionar os instrumentos criados pelo "sistema", que lhe permitem o exercício eficaz do seu poder, seja o Tratado de Lisboa, o Tratado Orçamental, a Comissão Europeia, o Eurogrupo ou o Banco Central Europeu.

Mas também a constituição da EUROGENDFOR, que não tendo ainda sido testada, não nos tranquiliza nada.

Não duvidemos. A crise que nos arruinou é consequência da ideologia que assaltou e domina a integração europeia: a primazia dada aos interesses das grandes empresas financeiras, a promoção de interesses privados, a concorrência no espaço europeu entre economias e produtores em condições de grande desigualdade, a decisão de retirar aos serviços públicos um número crescente de áreas de actividade lucrativa, a concorrência entre trabalhadores, através da recusa de unificar os sistemas de segurança social e as regras de protecção.

Tudo isto alicerçado numa enorme corrupção, que permite fazer funcionar os "exércitos" dos "funcionários políticos".

Tudo isso teve e tem um objectivo claro: favorecer a maior acumulação possível de lucros privados, nomeadamente através da criação de uma mão-de-obra flexível e precária.

Comité Económico e Social Europeu

O Comité Económico e Solcial Europeu (CESE) é um órgão consultivo da União Europeia. Fundado em 1957, dá a conhecer os seus pontos de vista avalizados às principais instituições da UE (Comissão Europeia, Conselho da União Europeia, Parlamento Europeu). Fá-lo emitindo "pareceres" sobre as propostas legislativas da União Europeia, mas também elabora outros pareceres, esses de sua própria iniciativa, sobre assuntos que julga deverem ser tratados. Uma das principais funções do Comité é ser "ponte" entre as instituições da UE e a "sociedade civil organizada". O CESE promove a democracia participativa e ajuda a reforçar o papel das organizações da sociedade civil através do estabelecimento de um "diálogo estruturado" com essas organizações nos Estados-Membros e noutros países do mundo.

Os membros do Comité representam uma grande variedade de interesses económicos, sociais e culturais nos respetivos países. Para os trabalhos do Comité, dividem-se em três grupos: Empregadores, Trabalhadores e Interesses Diversos (isto é, agricultores, consumidores, ambientalistas, famílias, organizações não governamentais, etc.). É assim que os membros do CESE criam a ponte entre a UE e as organizações da sociedade civil nos Estados-Membros.

No sítio Web, pode consultar todos os pareceres do CESE publicados desde Janeiro de 1990. Encontrará igualmente informação sobre os membros do Comité e os seus métodos de trabalho, sobre as reuniões e as audições organizadas pelo Comité e sobre o Secretariado do CESE. O sítio também inclui secções específicas com informação para os meios de comunicação e com as oportunidades de participação oferecidas ao público em geral.

Todos os documentos oficiais do CESE podem ser consultados em todas as línguas oficiais da UE.

O CESE é composto por 350 membros representativos dos 28 Estados-Membros, nomeados para um mandato renovável de cinco anos. No mandato em curso (2015-2020) Portugal tem uma representação de 12 lugares.

O presidente Henri Malosse com os conferencistas

Contrariamente ao que nos dizem de Berlim, não são os países periféricos os doentes da Europa! Quem está doente é a Europa, no seu todo! E, ou se retoma o contrato social de divisão relativamente equitativa entre o capital e o trabalho, ou desembocaremos, mais uma vez, no horror da guerra!

As gritantes desigualdades sociais levarão certamente a uma nova "Revolta dos Escravos"!

Aliás, a Europa já está em guerra. Ainda é apenas geoeconómica, não militar, mas, a continuar assim, nada nos garante, antes pelo contrário, que esta não seja uma realidade perto de nós.

Por isso, reafirmo e com isso termino: É indispensável mudar a União Europeia!

Mas isso só será possível se recuperarmos os valores que estiveram na base da sua fundação!

Subtítulos da responsabilidade da Redacção.

DISTINÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Prémio Nelson Mandela atribuído a Jorge Sampaio

JORGE SAMPAIO recebeu, dia 24 de julho de 2015, o Prémio Nelson Mandela que lhe foi atribuído pelas Nações Unidas, em reconhecimento dos esforços de uma vida inteira dedicada à defesa dos valores da democracia. O galardão tem também como objetivo prestar tributo aos esforços de Nelson Mandela "a favor da reconciliação, da transição política e da transformação social".

O prémio Nelson Mandela foi criado no ano passado pela Assembleia Geral da ONU para homenagear personalidades que se tenham dedicado a promover os ideais das Nações Unidas. Nesta primeira edição, o prémio foi também atribuído a uma oftalmologista da Namíbia, Helena Ddume.

No discurso de aceitação do prémio, Jorge Sampaio disse que a comunidade internacional falhou ao não proteger os mais fracos.

"Quando testemunhamos estes alarmantes e trágicos desenvolvimentos, temos de reconhecer que nós, os nossos governos e a comunidade internacional, falhámos em actuar da forma correcta para elevar as expectativas e liderar o caminho para proteger aqueles que mais precisam".

Sampaio nomeou alguns dos desafios que o mundo enfrenta, como o terrorismo, "que está a matar pessoas em todo o lado e a toda a hora, além de qualquer limite de brutalidade ou grupo que esteja imune e que possamos nomear".

Após tomar conhecimento da atribuição do Prémio Nelson Mandela, em 30 de julho, o presidente da Direcção da A25A dirigiu a Jorge Sampaio uma carta onde exprimia o júblio pela distinção:

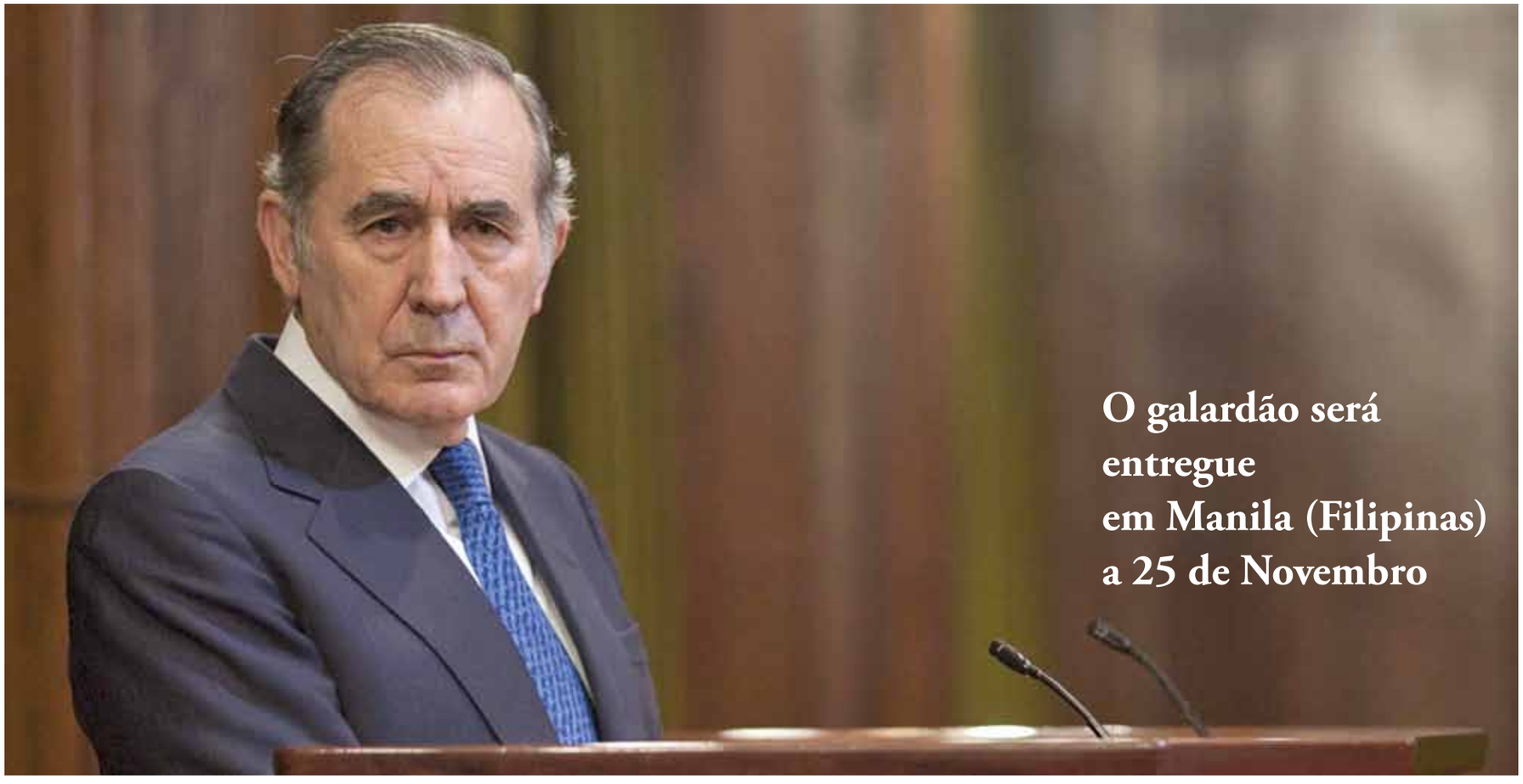
"É com grande satisfação que, em meu nome pessoal e em nome da Associação 25 de Abril, venho felicitá-lo pelo recebimento do prémio Nelson Mandela.

Ao prestar mais um extraordinário serviço a Portugal, Vossa Excelência, honrando-se a si próprio, honra em primeiro lugar o nosso país.

Permita-nos no entanto que a Associação 25 de Abril, se sinta igualmente honrada por ter entre os seus sócios efectivos o cidadão escolhido para ser agraciado com esse muito honroso galardão, na primeira vez em que o mesmo foi atribuído.

É nesse sentido que, com muita alegria e emoção mas também com o maior orgulho, lhe renovamos as nossas sinceras e profundas felicitações."

Prémio Internacional da Paz 2015 atribuído a Ramalho Eanes



O galardão será entregue em Manila (Filipinas) a 25 de Novembro

A FUNDAÇÃO Gusi Peace Prize International distinguiu o general António Ramalho Eanes com o Prémio Internacional da Paz 2015, que será entregue em Manila, capital das Filipinas, a 25 de Novembro.

Ao tomar conhecimento daquela decisão, com data de 30 de julho, o presidente da Direcção da A25A dirigiu a Ramalho Eanes uma carta através da qual expressou sentimentos de júbilo:

"É com enorme satisfação que, em meu nome pessoal e no da Associação 25 de Abril, venho felicitá-lo pelo recebimento do Prémio Internacional da Paz Gusi.

"Prestigiando, acima de tudo o País, com mais este extraordinário serviço que lhe prestou, é inegável que, para além do enorme prestígio pessoal que Vossa Excelência reforçou, honra em primeiro lugar o nosso Portugal.

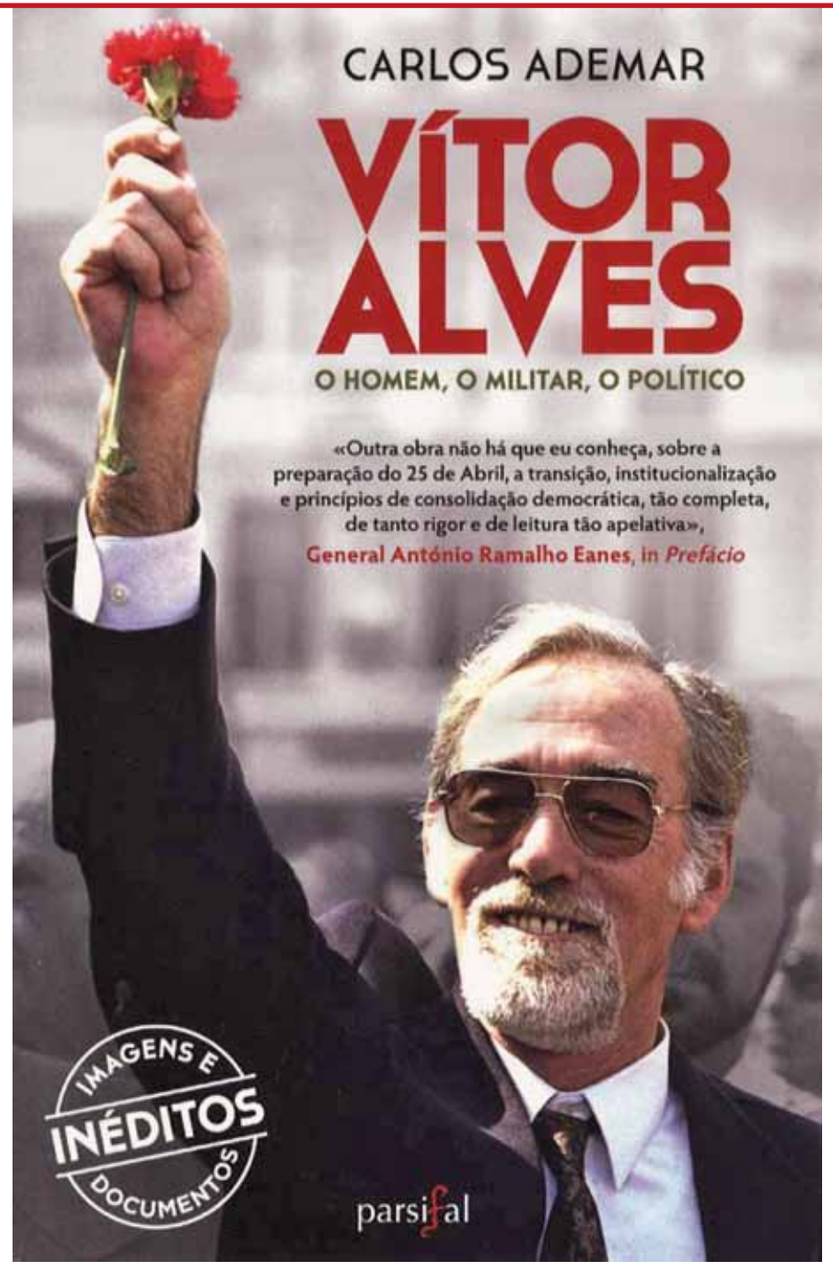
Permita-nos, no entanto, que a Associação 25 de Abril, de que é sócio fundador, se sinta igualmente honrada por possuir entre os seus associados o cidadão escolhido para ser agraciado com esse muito honroso galardão.

É nesse sentido que, com muita alegria e emoção mas também com o maior orgulho, lhe renovamos as nossas sinceras e profundas felicitações."

Em comunicado enviado à agência Lusa pela equipa de Ramalho Eanes, a distinção é justificada pela "contribuição única para a criação de uma paz duradoura, a nível nacional e internacional, nomeadamente no conjunto dos países de língua portuguesa, tanto enquanto Presidente da República como posteriormente, com uma ação cívica de relevo".

Considerado o "Prémio Nobel da Ásia", o Prémio Internacional da Paz Gusi - assim designado em homenagem ao capitão Gusi, combatente da II Guerra Mundial, que foi líder político e defensor dos direitos humanos nas Filipinas - reconhece o trabalho de individualidades ou organizações que contribuam para a paz e a justiça global.

Ramalho Eanes será distinguido "em reconhecimento da sua carreira e do seu papel como estadista", juntamente com um grupo de outros defensores humanitários e activistas de direitos humanos de todos os continentes.



***VÍTOR ALVES, O HOMEM, O MILITAR, O POLÍTICO*, DE CARLOS ADEMAR, DAS EDIÇÕES PARDIFAL, FOI APRESENTADO EM MAFRA, DIA 30 DE SETEMBRO. A 1 DE OUTUBRO, NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA, EM LISBOA, TEVE LUGAR OUTRA CERIMÓNIA, NO DECORRER DA QUAL INTERVIERAM: VASCO LOURENÇO, SAMPAIO DA NÓVOA, A VIÚVA, TERESA FERREIRA DE ALMEIDA ALVES, O PRESIDENTE DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA, O EDITOR E O AUTOR. REPRODUZIMOS AS INTERVENÇÕES DOS TRÊS PRIMEIROS.**

O NOSSO DIPLOMATA POR EXCELÊNCIA

VASCO LOURENÇO

MUITOS DOS PRESENTES interrogar-se-ão do porquê de esta homenagem não ter lugar na Associação 25 de Abril.

Pois bem, naturalmente que o lugar mais apropriado à natureza do Vítor seria a nossa sede, a sede da associação do Vítor por excelência. De que ele era o sócio fundador número 4, de que era presidente do Conselho da Presidência, aliás o primeiro, quando faleceu. E de que é hoje, aprovado por aclamação na Assembleia Geral, Sócio de Honra. Associação onde está a maioria dos seus amigos e companheiros, na maravilhosa aventura colectiva que o colocou na História de Portugal, em letras de ouro.

Era natural, mas o Vítor também é sócio honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Acompanhei-o na sua acção que possibilitou a salvaguarda desta instituição, quando em 1976, era ele ministro da Educação – diga-se, a propósito, que ainda hoje muitos o consideram o melhor ministro da Educação que o Governo português conheceu, depois do 25 de Abril. Principalmente nos tempos que correm, quantas saudades se tem de um ministro como Vítor Alves! Mas, dizia eu, quando o Vítor, com a sua intervenção, pôs fim à tentativa de destruição desta instituição e garantiu o seu futuro por muitos anos. Mais tarde, pude assistir ao orgulho e à satisfação com que o Vítor recebeu a distinção da designação de Sócio Honorário desta casa.

Por isso, porque considero que o essencial é que a homenagem ao Vítor seja digna, como ele merece, e não o local onde ela é prestada, concordei imediatamente com a escolha deste magnífico salão, para aqui nos juntarmos na homenagem a um dos principais militares de Abril. Aliás, como caberíamos todos, os que aqui quiseram e puderam vir – outros, muitos, nos comunicaram como gostariam de poder participar – caber nas instalações da Associação 25 de Abril?

Obrigado, caro presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, por aqui nos receber. É com muito prazer e muita honra que aqui estamos a homenagear um dos nossos melhores.

Nossos melhores, digo bem, pois o Vítor Alves foi um dos principais capitães de Abril.

Sendo major e do Estado Maior, soube integrar-se e, usando todo o seu saber e experiência, colaborou na obra colectiva de que ele muito se orgulhava e de que nós, os seus companheiros de aventura que ainda não partiram, nos continuamos a orgulhar.

Como o fez? Desde logo, integrando a Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães e a sua Direcção que, juntamente comigo e o Otelo, que aqui saúdo, conduziu a conspiração e a consequente acção libertadora do 25 de Abril.

Depois, bem, depois foi um dos que esteve em todas: Comissão Coordenadora do Programa do MFA, Conselho de Estado, alguns dos Governos Provisórios, Conselho dos Vinte, Conselho da Revolução, Grupo dos Nove.

O Vítor costumava dizer, ao comparar o nosso processo com outros, que nós não tivemos um líder, mas que tivemos a sorte e a arte de constituir um núcleo duro, dirigente, que soube somar as características e as valências de cada um, congregando o melhor de todos e resultando numa capacidade extraordinária, de condução de um processo de libertação que, pela sua especificidade, é único na História Universal.

Pessoalmente, como um desses elementos, sinto-me em condições e com a autoridade para afirmar que o papel do Vítor Alves foi, de facto, de muito elevada importância para o resultado final.

Como cada um de nós, o Vítor possuía características próprias, que isoladas já seriam muito boas, mas que conjugadas com as dos outros permitiram uma acção de conjunto extraordinária.

O Vítor era o nosso diplomata, por excelência. A sua sensatez, a sua experiência de vida, o seu gosto pelo consensual, transformaram-no num autêntico fazedor de pontes, entre sensibilidades diferentes que, noutras circunstâncias, teriam dificuldade em entender-se.

Mas, importa frizá-lo, fez tudo isso sem nunca renegar valores e princípios. Com barreiras inultrapassáveis, onde a Liberdade e a Democracia, tal como os Direitos Humanos, ocupavam lugar cimeiro.

A propósito, quando estamos prestes a evocar os 40 anos do 25 de Novembro, é bom recordar e salientar que, se nesse dia se acabou com a "revolucionarite" inconsequente que tudo nos ia fazendo perder, também se pôs fim, se anulou definitivamente, pelo menos até hoje, aos que, na extrema-direita, tentavam, e tentaram, o regresso ao antes do 25 de Abril!

E, o Vítor Alves desempenhou, também ele e mais uma vez, importante papel. Não o fez isolado, como nada qualquer de nós fez sozinho. Estou a ver aqui alguns dos que para isso muito contribuíram: o Ramalho Eanes, o Pezarat Correia, o Costa Neves, o Garcia dos Santos, eu próprio, mas também outros que não puderam vir, como o Franco Charais. Ou ainda outros que estão connosco em espírito, como o Melo Antunes, o Costa Gomes, o Marques Júnior, o Vítor Crespo...

Pois é, meus caros, neste caso, meu caro Vítor Alves, por cá tentamos continuar a nossa luta colectiva, em prol de um Portugal mais livre, mais democrático, mais justo e feliz!

Fazes-nos cá falta, pois a tarefa está muito difícil e somos cada vez menos. Por isso, envia-nos, de onde quer que estejas, algum do teu saber e da tua permanente disponibilidade – quantas vezes te cravei, e tu respondeste afirmativamente, para tarefas da Associação, sempre com óptimos resultados – para nos ajudares nesta luta contínua, agora muito agravada com a ascensão de novos vendilhões do templo, ao serviço de interesses estranhos a Portugal.

Eu sei que, tal como nós os teus companheiros, poderás estar desiludido, desgostoso com a ingratidão do País. Já o padre António Vieira o disse e escreveu. Tu também não foste devidamente aproveitado, nomeadamente depois do Eanes deixar de ser Presidente da República. Apesar de tudo, até és dos que se podem queixar menos, pois o Eanes soube aproveitar-te. Durou pouco, é um facto, mas foste dos poucos, tal como o Marques Júnior... Outros ainda responderam afirmativamente a solicitações, mas a sua fidelidade aos princípios e valores de Abril, rapidamente os transformou em indesejáveis para os políticos.

Essa ingratidão não nos "dá juízo" e por isso teimamos: tal como tu insististes e fundastes a Civitas, lugar de eleição na defesa dos Direitos Humanos, nós não desistimos e continuamos a luta. Por isso, repito, manda-nos algum do teu saber, da tua força, para continuares no grupo.

Queria dizer-te mais tanta coisa. Lembrar as tuas acções, a começar na tua apetência por levares aos portugueses da diáspora a "boa nova" que florira em Portugal, no mês de Abril. Lembras-te que foste o primeiro de nós a ir ao Brasil, precisamente para isso? E depois, como te dava prazer continuar esse permanente contacto com os portugueses que, por uma ou outra razão, não viviam no nosso território! Tens que concordar que isso, as permanentes via-

gens, não constituíam qualquer sacrifício para ti! Sempre gostaste imenso de o fazer...
Sim, gostava de dizer-te muita coisa, mas resumo tudo em reafirmar-te que continuo a recordar-te como um Grande Amigo e companheiro.
Até sempre, um grande abraço.

Eu nunca digo eu!

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA

ESTE LIVRO CONTA a história de um capitão de Abril, tendo como centro o *25 de Abril*, ligando Vítor Alves às suas circunstâncias históricas e projectando-nos, a todos, para o tempo mais decisivo das nossas vidas.

É banal a citação de Ortega y Gasset – "eu sou eu e a minha circunstância" – mas é menos corrente a referência à frase inteira: "Eu sou eu e minha circunstância, e se não a salvo a ela, não me salvo a mim".

Ortega y Gasset coloca cada ser humano perante a sua própria responsabilidade na mudança das circunstâncias da vida. É este o legado imenso de Vítor Alves, um legado que é dele e de todos os que fizeram Abril, um legado que agora nos pertence, enquanto responsabilidade nossa de não deixarmos que as circunstâncias nos definam, nos limitem, nos dominem.
Ao longo deste livro, dos seus primeiros capítulos, percebe-se que nada na vida deste homem anunciava o papel central que viria a desempenhar. Mas é justamente isso que o torna excepcional. Quando foi preciso, no momento em que foi preciso, soube estar à altura das circunstâncias, soube sair do silêncio, e falar, soube assumir a coragem da liberdade.
O que torna excepcional a história de Vítor Alves, e dos seus companheiros de Abril, é a forma como saíram da normalidade do quotidiano e, com o seu gesto, abriram um tempo novo na nossa história. Mais do que fruto da repressão ou da ganância de alguns, as tragédias humanas acontecem sempre devido à apatia ou à renúncia de muitos, que viram o desastre, mas não o quiseram ver.
Vítor Alves não se calou, não se resignou, não se demitiu. Não fez de conta que, vendo, não via. Agiu, e com a sua acção, fez-nos melhores, elevou-nos a todos a um país que reencontrou a dignidade e a liberdade.
É uma lição extraordinária, a lição de como homens normais, com a consciência certa e a coragem justa, podem mudar um país. É uma lição extraordinária, esta que colhemos na vida de Vítor Alves.
O meu filho nasceu em 1985, onze anos depois de Abril. Lá em casa, há uma conversa que regressa de tempos a tempos: "Oh pai, será que eu nunca vou viver um dia como esse que tu e a mãe viveram?!"
A pergunta merece ser feita, pois são raras as gerações que têm a possibilidade de viver tempos quentes, de transição e de mudança. E estas gerações, talvez ainda mais do que as outras, têm a obrigação de se comprometer com um país melhor ou, dito de outra maneira, têm a obrigação de deixar um país melhor às gerações futuras.
Quando se percorre esta notável biografia escrita por Carlos Ademar, a impressão maior que nos fica é a seguinte: Vítor Alves procurou, com uma persistência tranquila, que é sempre a persistência mais forte, ajudar à construção de um país melhor, de uma democracia mais justa e tolerante.
A liberdade, a justiça social, a luta pelos direitos humanos atravessam as páginas da vida de Vítor Alves, com particular intensidade nos três anos centrais desta biografia – de 1973 a 1976. Afirma-se a figura de um homem que constrói pontes, diálogos, que procura o encontro, mesmo quando tudo o arrasta para o desencontro, um homem que faz prova dessa coragem serena que é, sempre, a mais forte de todas as coragens.
Foi assim depois do golpe das Caldas, e depois de Abril, e em todos os momentos difíceis do 28 de Setembro, do 11 de Março, do Verão Quente, do 25 de Novembro. Este livro está repleto de episódios que revelam esta atitude, a

procura do entendimento quando o mais fácil era o afastamento, a fractura. Por isso, Costa Gomes lhe chamou: "General de Abril e Marechal da Democracia".

Disse Michel Serres que o duro não dura. Só dura o doce, o dúctil. O rochedo quebra, parte. A água permanece, adapta-se, continua. Também eu amo os grandes rios, porque neles está o movimento, a viagem que nos conduz até ao mar.

Olho para esta biografia, e vejo essa tranquilidade, de um movimento que ora se acelera, em rápidos que parecem incontroláveis, ora repousa em águas calmas e serenas. Vítor Alves pautou sempre a sua acção pelo esforço de construção de uma democracia madura e responsável.

Em todos os testemunhos, Vítor Alves surge como um dos actores principais do MFA, um homem central nos anos de afirmação da liberdade. A sua biografia é muito mais do que a sua biografia, é a nossa biografia, a memória de um tempo do qual todos nos orgulhamos.

Permitam-me que deixe ainda um terceiro apontamento, sugerido pelo prefácio do general Ramalho Eanes:

Assim, também, se perceberá como [Vítor Alves] *enjeitava, sem subterfúgios, a democracia sem verdadeira ambição, resignada à concorrência entre partidos políticos, a um governo da maioria, ao império da lei... Vítor Alves via mais longe, desejava bem mais do que o que oferecia essa configuração e expressão, resignadas, da democracia eleitoral.*

Palavras certas, que nos são tão úteis num tempo em que todos precisamos de nos inscrever na política, na *polis*, em que todos precisamos de ser cidadãos, habitantes da cidade, da *civitas*. Somos nós "o povo da cidade". Não podemos deixar nas mãos dos outros o que só a nós pertence. Não podemos afastar-nos da política ou deixar que outros nos afastem, como se reivindicassem falar por nós, e com isso impedissem de sermos nós a falar.

Temos de bater-nos, agora nós, por uma democracia moderna, por uma democracia do século XXI, mais presente, mais cidadã, mais participativa. Temos de bater-nos, agora nós, com o mesmo vigor, com a mesma intensidade que marcou os combates de Vítor Alves e dos homens e mulheres que, em Abril, abriram novos caminhos e nos devolveram o orgulho numa pátria de liberdade.

Já foi há mais de 40 anos?! – dizem-nos alguns, sempre prontos para guardarem o 25 de Abril numa redoma da história. Mas Vitorino Magalhães Godinho tem razão quando nos recorda que nunca há história a mais, e que não é a história que nos afasta das nossas responsabilidades no presente e no futuro. Temos de pensar com *história dentro*, sobretudo quando essa história nos dá tantos motivos para pensar e para agir.

Temos a responsabilidade de deixar um país melhor aos nossos filhos. Não podemos perder-nos, nem por abatimento, nem por renúncia. Temos de estar à altura destes tempos tão duros, que voltaram às nossas vidas, de outra maneira, claro, mas, infelizmente, voltaram.

Chegou o momento de concluir estas notas breves, que pretendem ser apenas um "abridor" para a leitura deste livro.

Podemos poupar nas palavras, mas a realidade desmente-nos. Portugal está a atravessar um dos momentos mais críticos da sua história. É preciso que todos, e cada um de nós, esteja à altura das suas responsabilidades.

Basta uma coisa, e talvez não seja pedir muito: que não se calem os portugueses e as portuguesas de bem, que não encontrem todas as justificações possíveis e imagináveis para se manterem em silêncio, que não se fiquem pela zanga, por mais legítima que ela seja.

Tudo o que eu quero é que as novas gerações tenham as mesmas oportunidades que eu tive, as oportunidades que devo a Vítor Alves e a tantos, presentes nesta sala.

Quero que o meu país se organize, hoje, para ser um país de futuro, com uma nova visão estratégica, para a qual tantas vezes nos têm convocado o Prof. Adriano Moreira ou o Prof. Eduardo Lourenço.

Quero que a indecência não se torne um hábito, que as desigualdades não se tornem uma fatalidade, que não nos condenemos ao *fatum* da pobreza, que não continuemos a sentir-nos a mais na nossa terra (Miguel Torga).

Quero que sejamos um "país normal" – na vida, na sociedade, nas instituições, na política, nos direitos e nos deveres – o que parece pouco, o que parece ambição pequena e, no entanto, é talvez a maior de todas, porque nesta ambição encontramos o país que está na Constituição, o país que nos junta e pelo qual continuamos a bater-nos.

Mas este "quero" – sabem-no bem todos os presentes – só a vale a pena se for um "queremos". À maneira de Vítor Alves que, segundo Carlos Ademar, exclamou um dia: "Eu nunca digo eu!". Sim, o que esta biografia nos explica é que precisamos de ser *nós*, de cumprir, cada um de nós, a parte que nos cabe para acordar Portugal, para recomeçar Portugal.

Recomeçar Portugal é combater o desânimo, o derrotismo, é combater o desinteresse pela política, porque isso seria, como nos diz Vítor Alves, "o fim da democracia".

Recomeçar Portugal é despertar a esperança num país que tem tudo para se projectar, com cultura e conhecimento, com ciência e inovação, com igualdade e justiça social, no mundo globalizado do nosso século.

Tenho mesmo de terminar, e só o posso fazer com palavras de Vítor Alves. Mas, desta vez, para dele discordar, quando, em 2004, explicava que a Revolução havia falhado do ponto de vista do seu impacto cultural, porque, dizia, não fomos capazes de convencer as pessoas a aderir às novas ideias, não fomos capazes de mudar a mentalidade do português.

Compreende-se o desalento de Vítor Alves. Quanto mais se sobe a montanha, mais se vislumbra o caminho que ainda falta fazer. Mas Vítor Alves, e a sua geração, fizeram o que era preciso fazer, deram um passo de gigante na nossa história, cumpriram a madrugada que iniciaram. Assim o façamos, também nós, hoje, assim sejamos capazes de nos dar, por inteiro, a este país, ao seu presente e ao seu futuro.

Porque tudo tem o seu tempo.

Permita-me, Prof.ª Teresa Alves, que feche com as suas palavras:

O Vítor percorreu o seu tempo e nada foi alheio à sua experiência de vida.

Ansiou por destruir sinais de menoridade humana

e edificar um mundo mais igualitário e justo.
Lançou pedras e juntou-as na construção dos seus sonhos.
Rasgou caminhos, procurando coser-se ao mais íntimo de si mesmo.
Praticou a arte da guerra, sem nunca perder o ideal de paz.
Tudo tem o seu tempo.
Sim, tudo tem o seu tempo.

Agora, é o nosso tempo, o tempo de honrarmos o melhor da nossa história, o tempo de estarmos à altura de vidas como a de Vítor Alves, o tempo de recomeçarmos um país de liberdade e de futuro. Temos de ser capazes. É o nosso dever, é a nossa obrigação. Hoje, agora, porque tudo tem o seu tempo e amanhã já será tarde.

Testemunho

TERESA FERREIRA DE ALMEIDA ALVES

O VÍTOR ERA, COMO SE SABE, tranquilo e pouco dado a palavras supérfluas. Tinha um fino sentido de humor. Na biografia do Carlos Ademar é apresentado como sendo uma pessoa que estabelecia pontes em situações delicadas. Percorria a ponte de forma discreta e afável, procurando ir ao encontro do outro e, se esse outro se dispusesse a ir ao seu encontro, a meio caminho, colheria até a impressão de que fizera a travessia por inteiro. Era generoso. Para quem o conheceu de perto, era mais do que isso. Era o amigo sempre presente nas horas menos boas das vidas que ele partilhava silenciosamente. Nunca foi dado a ruídos. Se ele pudesse acompanhar-nos neste momento, em corpo (tal como nós o conhecemos), ficaria, com certeza, muito comovido e feliz por verificar que tinha tantos amigos que, malgrado o incómodo para as suas vidas pessoais, estão aqui comigo, neste lançamento da "história da sua vida" que o autor, Carlos Ademar, se empenhou em trazer a público.

E porque, sem a biografia, não haveria pretexto para esta ocasião, começo por agradecer ao Carlos Ademar, em primeiro lugar, o entusiamo com que acolheu, ainda jovem estudante, a labuta dos homens de Abril, para que o seu sonho se alargasse a toda uma nação e se transformasse em realidade. Como, ontem, em Mafra, salientou Maria Inácia Rezola, neste livro vamos ler não apenas a história do biografado, mas também leremos sobre todo o contexto sociopolítico em que essa história se desenrolou. E a narrativa torna-se tão mais cativante quanto é certo que o seu autor lhe empresta toda a sua muito praticada arte de enredar o leitor numa narrativa. Muito obrigada, Carlos!

Mas, ao agradecer-lhe *Vítor Alves. O Homem. O Militar. O Político* seria injusto não dar relevo à qualidade da edição e ao esmero que ela mereceu a Marcelo Teixeira, editor da Perzival. A escolha das fotografias, a ordem por que elas surgem apresentadas, o diálogo esquivo que mantêm com as palavras do autor não pode deixar de completar a arquitectura de uma vida repartida pelos vários papéis desempenhados. Escavando até aos alicerces desse edifício, o leitor da biografia poderá vislumbrar a identidade discreta mas profundamente comprometida com a fidelidade ao mais genuíno de si mesma e entender a razão por que o subtítulo acrescenta a palavra "homem" às do "político" e "militar".

Em Mafra, também foi dado relevo, tanto por Maria Inácia Rezola como por José Inácio de Sousa, os dois apresentadores do livro, ao quanto o prefácio de António Ramalho Eanes valoriza e ilumina a narrativa que se segue. E eu acrescentaria que, no universo da escrita, aquela que nasce das emoções controladas do seu autor é, sem dúvida, a que mais eficazmente chega ao leitor. Muito obrigada, António, não só pela assunção fraterna da amizade para com o Vítor na vida activa e na doença, mas também pelo regresso a essa amizade por intermédio de um testemunho tão expressivo e afectuoso, que sela a reciprocidade dos sentimentos partilhados por ambos.

Desejo, ainda, agradecer a António Sampaio da Nóvoa o ter achado tempo, um bem precioso numa fase tão cheia de afazeres, para acei-

tar ser orador neste lançamento. Conheci-o em funções reitorais e, por acasos que a vida proporciona, testemunhei a sua dedicação às tarefas de que se ocupa. Os almoços de trabalho faziam parte da sua rotina. Marcados pela maior frugalidade, eram preenchidos pelas múltiplas questões da Universidade, e, sobretudo, pelo empenho de dar à Universidade de Lisboa uma dimensão consentânea com o perfil há muito almejado, consciente como sempre esteve da falta que uma tal instituição fazia no nosso Portugal.

O Vítor teve em vida, graças a Deus, grandes e sinceros amigos, quer entre militares quer entre civis, alguns dos quais se sentam hoje nas cadeiras desta magnífica sala. Na impossibilidade de nomear todos eles, elejo para os representar aquele que o acompanhou ao longo dos anos, António Cavaleiro de Ferreira. O Vítor e eu, a Ana Maria e o António José, casámos no mesmo ano, em 1962, na então cidade de Lourenço-Marques, hoje Maputo. Sempre que o Vítor foi ministro, o António José foi seu chefe de gabinete. O último passeio de carro do Vítor foi dado com o António José. Nas palavras de Carlos Ademar, ele é muito justamente o "amigo especial". A amizade não se agradece, mas sei que posso continuar a contar com a dele para o resto da minha vida.

Recentemente, recebi da Associação 25 de Abril o Diploma de Sócio de Honra, com que essa Associação quis agraciar o Vítor. No seu presidente daDirecção, o meu amigo Vasco Lourenço, escolho representar todos os militares de Abril. E não só. Vasco Lourenço representa todos os militares que, afinal, era o que o Vítor escolheu ser – todos os militares, independentemente da sua patente ou dos lugares que ocuparam nos quarteis, em campanha nas comissões em África, no Estado Maior do Exército, nos vários Conselhos do pós-25 de Abril, nomeadamente no Conselho da Revolução. Todos os militares que a seu lado serviram, em bem-fazer se empenharam, e, por uma razão ou outra, o guardam nos seus corações. De entre os que já partiram e foram muitos, permanecem especialmente na minha lembrança o António João Rocha de Carvalho, o Henrique Sousa Afonso, o Ernesto Melo Antunes, o Carlos Fabião, o Vasco Almeida e Costa, o Hugo dos Santos, o Marques Júnior, o Costa Matos, o Vasco Almeida Tavares, o Espírito Santo e o Vítor Crespo.

É, de facto, um enorme privilégio que este lançamento ocorra nesta sala e que a sessão seja presidida pelo professor Luís Aires-Barros. A Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada em 1875 por um grupo de cidadãos ilustres, merecia, sem qualquer sombra de dúvida, a maior consideração ao meu marido, e proporcionou-lhe uma das maiores alegrias da sua vida ao aclamá-lo Sócio Honorário, numa altura em que ele já se debatia com a doença que o vitimou aos 75 anos de idade. Nesse dia, sou testemunha, o Vítor ganhou novo alento. Também, hoje, estamos todos a acrescentar-lhe VIDA, neste espaço ímpar, o que certamente contribui para que me sinta feliz. Na verdade, apesar de ele ter materialmente partido a 8 de Janeiro de 2011, nunca partiu da minha vida. Muitas vezes o desafiei, quando estava a meu lado, a escrever a sua autobiografia. Escrevia muito bem e depressa, mas sentia pouca vontade de o fazer. Talvez, porque gradualmente se foi desapegando de criar uma imagem pública. Preferia caminhar ao encontro de si mesmo, e reconheço que foi feliz neste percurso de indagação algo solitária, mas muito autêntica. Estava sereno quando partiu.

Por último, um breve agradecimento a toda a família: à minha centenária Mãe, força e esteio sempre assegurados; aos irmãos do Vítor, Eduardo Manuel, Luís Filipe, José Manuel, Carlos António, e à irmã, Maria João; aos meus irmãos, Luís e Ermelinda; a todos os meus sobrinhos e sobrinhas, primos e primas, de sangue e aos que fui ganhando no casamento com o Vítor. Aos afilhados, meus e dele e que aqui estão, o Luís, filho da minha irmã, a Margarida, filha adoptiva e nossa afilhada de casamento, a Patrícia, a Nucha, o Henrique Gonçalo, e a minha Joaninha. Ao círculo mais próximo, sem o qual a minha vida não faria sentido – à Ana Cristina, minha filha, à Maria, minha neta, à Maria Inês, minha bisneta, dedico esta breve evocação na certeza de que a memória do Vítor perdurará nas suas vidas.

Muito obrigada a todos!

Aufwiedersehen, União Europeia!

Tudo o que se temia acerca do comunismo – que perderíamos as nossas casas e as nossas poupanças e nos obrigariam a trabalhar eternamente por escassos salários e sem ter voz no sistema – converteu-se em realidade com o capitalismo!
Jeff Sparrow[1]

EDUARDO SILVESTRE DOS SANTOS

POR DUAS VEZES, no último século, a Alemanha obrigou a Europa a mergulhar em conflitos sangrentoa que fizeram cerca de oitenta milhões de vítimas, sempre por razões hegemónicas e imperialistas. Hoje, tenta de novo dominar a Europa, utilizando métodos muito mais sibilinos mas igualmente eficazes. A Grécia que o diga!
De facto, a Europa já não soa hoje como um hino à alegria! Os seus principais dirigentes olham apenas para a Economia, as Finanças e o Direito. Venderam-se aos mercados agiotas. Esqueceram-se da Democracia, da História e da Geopolítica!
Senão vejamos:
Desde as guerras napoleónicas e da sua unificação que os alemães temem estar encurralados na grande planície europeia entre duas grandes potências, a França e a Rússia. Por isso, têm sempre tentado estar em boas relações com uma delas.
Após a 1.ª Guerra Mundial, os Estados-Nação triunfaram sobre os Impérios, mas a recém-formada Sociedade das Nações não conseguiu fechar a porta a numerosas ditaduras (Itália – a percussora –, Turquia, Polónia, Grécia, Portugal e Espanha, entre outros) que culminaram no nazismo.
Após a 2.ª Guerra Mundial, sob a ameaça do comunismo soviético a Leste, a Europa Ocidental entrou numa era de reconstrução, de paz e de progresso, graças ao Plano Marshall, ao "chapéu-de-chuva" nuclear americano e à Declaração Schumann (com Monnet, em 1950), percurssora da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e do Tratado de Roma (1957), que foi a base da integração europeia até à reunificação alemã, em 1989. Nesse período, a já maior pujança económica da RFA, era contrabalançada em termos estratégicos pela capacidade nuclear da França. A desregulação levada a cabo por R. Reagan, complementada pela queda do "muro de Berlim", e o consequente desaparecimento da ameaça a Leste, fez ruir o capitalismo keynesiano, controlado e regulado pelo Estado, e abriu as portas ao neoliberalismo selvagem e desumano.
Após a reunificação, a Alemanha começou a "esquecer.se" do projecto europeu, a Europa não deu por isso e entrou numa ilusão pós-histórica "fukuyamiana", inebriada pelo fim da "guerra fria" e sequiosa de aproveitar os "dividendos de paz". A impreparação europeia surgiu logo em 1991, perante a crise da Jugoslávia: a Alemanha reconheceu unilateralmente as independências da Croácia e da Eslovénia, sem qualquer consulta aos seus parceiros europeus que, pusilanimemente, se calaram.
A impotência europeia perante a crise da Jugoslávia empurrou os líderes europeus para novos saltos para a frente. Maastricht foi prematuro na concepção e demasiado ambicioso nas finalidades. Os progressos teóricos obtidos

em Amsterdão, Helsínquia, Nice e Lisboa, possibilitaram a criação de uma fachada caricatural de direcção política, tendo embarcado num vanguardismo teórico e burocrático quase de índole estalinista, alicerçado num labirinto de leis, quase todas herméticas para os cidadãos comuns, e que foi progressivamente diminuindo a confiança dos europeus. Com o alargamento a Leste, os egoísmos nacionais vieram de novo à tona. A partir daí, a UE "perdeu o Norte", prosseguindo uma espécie de "revolução permanente" nos objectivos e processos de decisão.

O pacto entre eleitores e governantes em que assenta a democracia representativa está a deteriorar-se. Na UE, onde os países cederam parte da sua soberania visando um bem colectivo, os eleitores parece ter sido postos de lado, como se as suas ideias fossem demasiado inconvenientes para os lindos desígnios da UE e dos seus burocratas profissionais. A legitimidade não pode ser ordenada ou concebida de cima para baixo! Deve ser conquistada e concedida de baixo para cima! Os arquitectos da UE têm lidado com a questão ao contrário. Para o vulgar cidadão, estas instituições são ainda mais impenetráveis e opacas do que os seus já distantes governos nacionais. O processo decisório de cima para baixo, a mudança da ponderação dos votos (Tratado de Lisboa, 2007) e a recusa de referendos fez emergir um "directório", germânico muito pouco democrático e gerou um retrocesso na "Europa dos cidadãos" sonhada pelos seus obreiros, para se tornar na "Europa dos burocratas", com recuos até nos direitos humanos.

Dar à Europa uma moeda comum foi um acontecimento histórico, mas a falta de uma união política e as disparidades económicas entre os estados-membros significavam que era uma proposta arriscada. A criação da "zona Euro" foi deficientemente planeada e não tem demonstrado nem poder nem mecanismos para resolver os problemas. O Euro não tem jogado o papel equilibrador que deveria ter e está a concentrar a riqueza no centro da Europa, não a distribuindo para os países periféricos. O combate cego aos défices orçamentais levou a restrições no investimento público, com repercusões sérias nas economias dos países mais débeis. A social-democracia e a democracia cristã europeias "converteram-se" ao neoliberalismo dos mercados, dos agiotas, dos bancos e da globalização. Schroeder, Blair, Aznar e Durão Barroso personificaram esta conversão. O crescimento só se verifica se não for impedido pelos que têm mais a perder com ele: os detentores do poder económico e político, que não querem abdicar dos seus privilégios..Depois veio a "crise das dívidas soberanas" e os pacotes de medidas para putativamente sanear as finanças dos países periféricos. A face pública desta política é a actual Chanceler alemã! De facto, é A. Merkel, e não a UE, quem tem liderado todo o processo.

Resumindo, temos uma Europa do Norte, liderada pela Alemanha, fria, protestante e economicamente florescente, que tem beneficiado grandemente da moeda única, que inclusivamente se financia a juros negativos, e recusado a solidariedade aos "anárquicos" e "preguiçosos" países do Sul, que sonharam ser iguais a eles, abdicando dos seus aparelhos produtivos mais básicos e gastando recursos que não possuiam, tornando-se mais pobres porque tem sido governados por pequenas elites que organizaram a sociedade em seu próprio benefício, à custa da vasta maioria. A Leste, temos ainda uma outra Europa, mais continental e encravada, ainda e sempre receosa da Rússia e, talvez por isso, tendente a "encostar-se" à Alemanha. A era inaugurada com a queda do "muro de Berlim" fechou a questão do comunismo, mas reabriu a questão da Alemanha. A UE continua incapaz conter ameaças na sua periferia e de gerar políticas comuns de segurança e defesa e está agora confrontada e incapaz de conter a construção do "muro da Crimeia"! E se a Grécia sair da "zona euro", hipótese hoje perfeitamente verosímil, já se alinham novos pretendentes para a apoiar. O petróleo muito provavelmente existente nas suas águas apela à Rússia, aos EUA e à China, a sua posição geoestratégica apela à Rússia e aos EUA (Obama já o relembrou à UE) e vêm à lembrança os conceitos básicos da Geopolítica, que os líderes europeus, na sua inteligência brilhante, não se incomodaram a estudar. Ratzel, Kjellen e Haushofer sempre tiveram razão! De facto, após a reunificação, a "Europa alemã" tem-se sempre sobreposto à "Alemanha europeia"!

A construção europeia está à deriva, levada por dirigentes de tendências ditatoriais e burocratas demasiado diligentes. A economia não cresce e o desenvolvimento dos países continua desigual. A teoria neoliberal defende que o objectivo último da humanidade é o crescimento económico, e este só pode ser maximizado através da concorrência brutal e desregulada. Se as recompensas desse sistema são distribuidas desiquilibradamente, é um preço necessário, e os actuais líderes europeus arcarão com a responsabilidade e com o dolo da destruição do sonho de Monnet e Schumann pelo "suspeito do costume"!

Caminhamos para o colapso porque os líderes europeus, por incompetência, por opção ideológica, ou por ambas, não permitem ditatorialmente aos seus cidadãos que decidam o seu futuro! Como disse Cornelius Vanderbilt: "Que me importa a mim a lei? Não tenho o poder?"

NOTA: O autor escreve em total desacordo pelo Acordo Ortográfico.

---

[1] Escritor australiano (1969 -)

A **REPÚBLICA** e o presidente

VASCO LOURENÇO

O PRESIDENTE da República não vai participar nas comemorações oficiais do 5 de Outubro.
Tudo estaria correcto se o 5 de Outubro não correspondesse ao dia da implantação da República em Portugal.
Isto é, sem o 5 de Outubro não haveria República e por conseguinte Presidente da República.
Assistimos, assim, estupefactos, à negação por parte do mais alto magistrado da Nação Republicana da razão e causa da sua própria existência.
Comentários, para quê? Cada um tem o Presidente da República que merece. E nós, elegemos, por duas vezes, o actual íncola de Belém.
Sim, sabemos que, da segunda vez, só 23 por cento dos leitores votaram nele. É verdade, mas os outros os que ficaram em casa ou "foram para a praia", não se podem queixar, nem lavar as mãos. O facto é que abdicaram de exercer o seu direito, mas também o seu dever cívico, deixando espaço que outros – só 23 por cento – aproveitaram. E o resultado foi o que foi...
Importava, talvez, se ainda interessasse para alguma coisa, procurar entender as sublimes e superiores razões (sim, não acreditamos que haja apenas razões menores e superficiais...) que levaram o PR a tomar tal decisão.
Dizem os jornais que ele faz o que faz porque não quer comentar as eleições do dia anterior.
Mas, se ele já disse publicamente que sabe o que vai fazer, a seguir às eleições, mesmo antes de estas se realizarem!
A não ser que esse saber se resuma à não participação nas comemorações oficiais do 5 de Outubro! Porquê então o medo, direi mesmo pavor, de a todos enfrentar, incluindo os jornalistas, e dizer que nada diz sobre as eleições?
Por mim, só vejo uma justificação: medo, de assumir pública e frontalmente as suas decisões.
Se for esse o caso, abra-se, desde já, uma subscrição para lhe "comprar um cão". Por mim, contribuirei com um tostão furado...

O ABISMO

MANUEL RODRIGUES DOS SANTOS

RECEBI, VIA CTT, "O Referencial", aludido ao trimestre Abril-Junho/2015. Não sabia que o mesmo havia abandonado a forma digital para voltar ao formato de papel, ou se este exemplar será único para comemorar o 41.º aniversário do 25 de Abril. Seja como for, gostei. Está excelente na forma como no conteúdo. Eu, que tenho uma má relação com o computador, bem gostaria que ele se mantivesse assim.

Li-o atentamente e depressa, mas à medida que o ia lendo, fui-me apercebendo de que os textos de alguns dos colaboradores mereciam leitura mais cuidada, pelo que reli-os, não fosse escapar-me pelas veredas da desatenção, algo que fortalecesse o meu desejo de viver, após já ter dobrado os oitenta e de poder ser útil, pela palavra e pela ideia, àqueles que ainda detêm entre mãos a capacidade de fazer, na prática, alguma coisa relevante por este nosso pobre país.

Do que li, poderia citar A, B ou C, mas não me chegaria nem o tempo, nem o espaço. E talvez nem as palavras. Quase à toa, escolhi o artigo assinado pelo Duran Clemente, meu camarada amigo, vizinho de família e "perigoso esquerdista" durante o PREC, aliás como eu, que fui "afastado" do serviço por um ano, após o 25 de Novembro.

Nunca soube o que era ser um "perigoso esquerdista" e ainda hoje não sei. Mas adiante. O que mais interessa são os dias de hoje e aqueles que aí vêm. Que se lixe o passado, o que se fez e o que não se fez – sempre em nome do 25 de Abril. Peguei em algumas frases do belo texto do Clemente e em algumas ideias que delas extraí. Aquelas que, pela sua força dialéctica, permitem a reflexão, o debate e – porque não? – a controvérsia. A mensagem que me tocou com mais força foi a de que, após 41 anos de liberdade, o país ainda não adquiriu o estatuto de "plena Democracia", nem o povo, na sua grande maioria, sabe lidar com tudo aquilo que está ligado ao pleno uso das regras que dizem o que é uma "plena democracia". Rousseau já cá não está, nem teria que estar. Ele disse e tudo ficou dito.

Então, o que falta? Falta lê-lo e relê-lo até que as mentes se abram o suficiente para que se aceite, no pleno uso das liberdades fundamentais que fazem de um homem o "ser humano" que se liberte do seu "eu" (bravo, Clemente) e se integre na comunidade de que faz parte, não como entidade subjectiva e "desmaterializada", mas como uma criança que caminha pela mão de um idoso e que seja a síntese pura da sociedade global a que pertencemos.

Vivemos num sistema de "meia democracia" (e volto a Duran Clemente). É bizarra a expressão, mas talvez medonhamente autêntica. Ou parte de uma verdade que os nossos olhos não querem ou não sabem ver e que a nossa mente não consegue entender ou se nega a entender.

A "Democracia" ou é ou não é. O que não é já eu sei, já todos nós sabemos, mas o que será ela e o que falta dela para que sejamos cidadãos de corpo inteiro? O que lhe "roubamos" de 1974 até hoje? O que ficou para trás e tanto nos custa recuperar? Será o medo de darmos aos outros o que entendemos ser só nosso?

O "voto". Pois, o voto é uma das raras armas ao serviço da Democracia. O que tanto a engrandece e tanto a fragiliza. Depois, eu sei, existem as "instituições", as "leis", a "ética", etc., etc., mas sem o "voto" tudo o resto se apaga, nada existe sem o "voto", o nosso voto. Daqui se infere o papel poderoso do povo, de nós todos que vamos às urnas ditar o destino do país, mas pergunto de boa-fé: será que todos os que lá vão, de papelinho na mão, serão capazes de pensar, com seriedade e isenção, que entre o peso específico dos milhões de papelinhos que entram nas urnas, não está só a vontade isolada de cada um, mas a forma mais certa de nos fazer aproximar ou afastar do "abismo", do adeus à "esperança" ou da sorte de encontrarmos o caminho certo para a glória?

Será que este povo, que se diz sofrer, não consegue ver o "abismo" que se abre na sua frente e os que dizem vê-lo e tanto nele falam não conseguem imaginar que "de tanto olhar para ele, o abismo acaba por olhar para nós"? (como dizia Nietzsche).

Será que há medo de tudo, menos o de sermos engolidos por um "buraco negro" desconhecido?

Será que a nossa sorte é como um jogo de futebol, onde só se enfrentam duas equipes e apenas duas equipes, sem lugar para mais ninguém, porque, acintosamente (ou estupidamente) queremos esconder os outros na "meia metade da Democracia" que jogamos para o lixo das nossas maléficas convicções?

Sei que cheguei a este ponto e só escrevi palavras, palavras que não viram ideias, nem as transformam. Mas foi por aí que comecei afirmando que a "palavra" pode mudar o mundo, que a "palavra" é a única réstia de esperança de conseguirmos ampliar o âmbito da "Democracia" – elevá-la a um estado civilizacional que aceite todas as soluções ao nosso dispor para que demos mais cor a este país.

Bem hajam todos os que permanecem de pé contra esta "glória de mandar", que nos diminui como cidadãos e nos rouba a alma a cada dia que passa.

Temos repetido, de forma insistente, que a origem e a utilização da maioria das Convenções se prende com objectivos que vizam ultrapassar dificuldades de marcação quando se utiliza o sistema standard.
Mas esta não é a única razão que leva à criação de algumas Convenções. O tentar dificultar a entrada dos ADV nos leilões, utilizando vozes obstrutivas, são razões suficientes para o aparecimento de leilões artificiais que, no cumprimento dos seus objectivos, fogem claramente à tipologia dos leilões naturais. É o caso da Convenção conhecida como MENORES INVERTIDOS que nos propomos analisar.

1. CONVENÇÕES
1.2.5 – OS MENORES INVERTIDOS

Um leigo, perante o título desta Convenção, pode ser levado a concluir que se estará perante uma diatribe relacionada com alguma situação conotada com a problemática da perversão pedófila. Afinal trata-se tão somente duma Convenção cujo título original é APOIOS INVERTIDOS NOS MENORES, mas que é generalizadamente conhecida pela denominação reduzida de MENORES INVERTIDOS.
Esta convenção terá sido criada pelo par KAPLAN/ SHEINWOLD, por volta de 1980 e que a incluíram no sistema de marcação que utilizam em competição.
Qualquer jogador de bridge identifica na perfeição os leilões:

N S
1♣ - 2♣
ou
1♦ - 3♦

No primeiro caso o abridor sabe que o parceiro detem uma mão com 6/9 PH com 5 cartas em ♣ (excepcionalmente 4) e sem 4 ou mais cartas em ♥ ou em ♠.
No segundo leilão o respondente informa, com o salto para 3♦, que detem 5 cartas em ♦, sem 4 cartas em ♥ ou em ♠ e que a mão possui a força precisa de 10/12 PDH.
Os leilões apresentam uma característica comum que convem ter presente. É que ambas as vozes do respondente não são "forcing", nem sequer para uma volta, pelo que o abridor, com uma abertura mínima, poderá, calmamente, passar.
Se o sistema natural tem este modelo de leilão para apoios após aberturas em menores (♣ ou ♦), o que fazer se, como respondente após a abertura em 1 ♣ pelo parceiro, detiver a mão:

♠42 ♥A108 ♦AV2 ♣AD1085

Com 15PH e uma abertura do parceiro apetecia-lhe saltar para 3ST, mas a ausência de defesa a ♠ e o desconhecimento sobre a presença de figuras, nesse naipe, na mão do abridor aconselham o prudente respondente a recorrer à voz de 1♦, na esperança de ouvir o parceiro rebidar em 1♠. Mas se o rebide for 1♥ como resolver o problema que tem entre mãos? Arriscando marcar 3ST num cenário pouco consistente? Socorrendo-se da marcação do 4º naipe? Uma coisa é certa. Não pode rebidar em 3♣, porque essa voz não é "forcing" e, sobre ela, o abridor poder passar, dado ser uma voz de convite, que o parceiro pode não aceitar.
Se marcar 3ST ou 5♣, completamente às cegas, não parece ser uma decisão fundamentada, então o que fazer?
Foi com a intenção de ultrapassar esta fraqueza do sistema natural que KAPLAN/SHEINWOLD construíram a Convenção dos MENORES INVERTIDOS atribuindo outro significado aos leilões:

1♣/♦ - 2♣/♦
1♣/♦ - 3♣/♦

No primeiro caso (1♣/♦ - 2♣/♦) o apoio simples do respondente (2♣/♦) mostra uma mão com um mínimo de 10PH, sem limite superior, com 5 ou mais cartas de apoio e sem 4 cartas em ♥ ou em ♠.
No segundo leilão (1♣/♦ - 3♣/♦) o parceiro identifica uma mão com 5 ou mais cartas de apoio, sem 4 cartas em ♥ ou em ♠ e com uma força de 6/9 PH.
Os autores inverteram assim o significado que o sistema standard dava aos apoios directos sobre as aberturas em menores (♣/♦) e atribuíram ao apoio em 2 ♣/♦ um caracter de voz forcing, portanto impeditiva do abridor poder passar, nessa volta do leilão. Mesmo com uma abertura mínima o abridor não tem problemas em marcar em novo naipe indicando, não a existência de 4 cartas mas tão somente a presença duma defesa nesse naipe. E deve escolher o naipe mais fraco em que tem defesa, se tiver mais do que um com grandes figuras, abrindo as portas para um leilão construtivo que terá, numa primeira análise e em grande numero de casos, a intenção de chegar à partida em 3ST.
Só a marcação de 2 ST ou o regresso ao naipe da abertura (3♣/♦) pelo respondente tipificarão anúncios não forcing e sobre os quais o abridor poderá passar. Qualquer outro anúncio do respondente continua a mostrar o estatuto de voz forcing, esquema de marcação que permite gerir o espaço de marcação duma maneira económica e eficaz, por forma a chegar ao contacto correcto.
Importará esclarecer que, mesmo jogando os MENORES INVERTIDOS, o salto para 2ST após abertura em pobres:

1♦ - 2 ST

continua a manter o significado que lhe era atribuído no sistema standard, isto é, corresponde a uma mão balançada com 11/12PH, sem 4 cartas nos riscos e sem 5 ou mais cartas no naipe da abertura.
Importará ainda esclarecer como os utilizadores da Convenção em análise devem reagir quando os ADV intervierem no leilão, quer marcando um naipe quer dobrando de chamada:

S W N E
1♦ 1♠ ?

O Parceiro em N, se tiver apoio em ♦, deve optar por uma destas marcações:

2♦ - Com 6/9 PH e 5 cartas de ♦
2♠ - Com +10 PH e apoio a ♦
3♦ - Com 2/5 PH e 6 cartas ♦ (eventualmente 5 cartas).

Já com o leilão:

S W N E
1♣ D ?

O respondente em N terá disponível o seguinte esquema de leilão, desde que tenha apoio no naipe da abertura:

2 ♣ - Com 6/9 PH e 5 cartas de ♣
3 ♣ - Com 2/5 PH e 6 cartas ♣ (eventualmente 5 cartas).
2ST- Com +10 PH e 5 cartas de ♣

Caso não tenha apoio no naipe da abertura o respondente, sobre uma intervenção em naipe ou por dobre, deve reagir como o sistema standard recomenda, a menos que disponha dum esquema convencional para a situação.

Até ao próximo número.

BOLETIM

CONVITES

Associação de Praças e o Clube de Praças da Armada, apresentação do livro "Retalhos de Vidas de Marinheiros", de Geraldo Lourenço, 27-06-2015; sessão solene comemorativa do 79.º aniversário da Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936, 12-09-2015; Teatro Nacional D. Maria II e a Companhia de Teatro de Almada, apresentação de "Kilimanjaro", 18-06-2015, presidente da Câmara Municipal de Almada e o director artístico do Festival de Almada, apresentação da programação do Festival de Almada 2015 e inauguração da exposição de Rui Sanches "Reflexos", 19-06-2015; presidente da Liga dos Combatentes, cerimónias do 96.º aniversário do Dia do Armistício da Grande Guerra, do 91.º aniversário do Dia da Liga do Combatente e do 40.º aniversário do Fim da Guerra do Ultramar e Evocação do centenário da Grande Guerra, 08-11-2015; presidente da Câmara Municipal de Oeiras inauguração da exposição de fotografia "Dois Olhares a Cor e Preto e Branco" de Carlos Ricardo; 16-10-2015; Associação Portuguesa de Escritores e Editorial Caminho, sessão do 50.º aniversário da extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores e atribuição do Grande Prémio de Novelista de 1965 ao livro "Luuanda" de José Luandino Vieira, 24-05-2015; presidente do Centro Nacional de Cultura, Gala Comemorativa do 70.º aniversário do Centro Nacional de Cultura, 03-06-2015; Casa dos Estudantes do Império, sessão de encerramento da homenagem aos associados, 25-05-2015; Sociedade Portuguesa de Autores e a Rádio Televisão Portuguesa, Gala SPA/RTP Prémio Autores 2015, 25-05-2015; UCCLA e CML, inauguração da exposição "Casa dos Estudantes do Império, Farol da Liberdade", 21-05-2015; Porto Editora lançamento do livro "A Última Carta de Carlota Joaquina" de José Manuel Saraiva, 10-07-2015; presidente da Confederação do Desporto de Portugal (CDP) 19.ª Gala do Desporto, 12 -11-2015; Temas e Debates e Círculo de Leitores, sessão de lançamento de "Em defesa do futuro" de Mário Soares, 10-07-2015; sessão de lançamento de "Cartas e Intervenções Políticas no exílio" de Mário Soares, 27-11-2015; Fundação Mário Soares, "Vidas com sentido - Jorge Estrela", 04-06-2015; sessão de lançamento de "Mário Soares o Homem que Come, Bebe e Respira Política", 30-06-2015; apresentação do livro "Um erro de Afonso Costa", 16-06-2015; Vidas com sentido – Hermínio da Palma Inácio, 08-10-2015; presidente da Câmara Municipal de Almada e director do Teatro Municipal, estreia de "Cais Oeste", 11-10-2015; Direcção do Instituto de História Contemporânea, espectáculo "O Pássaro de Fogo", no Teatro Camões, 19-06-2015;

Presidente do Conselho de Admiração da Agência Lusa, apresentação do site "Dias da Independência", 02-07-2015; Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, celebração do Dia Calouste Gulbenkian, 20-07-2015; Secretariado da Festa do Avante, 39.º edição da Festa, 4, 5 e 6-09-2015; Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, lançamento do Livro "Eurhythmic Physics Or Hyperphysics - The Unification of Physics" do Prof. Doutor José Nunes Crica, 23-09-2015; Câmara Municipal de Grândola, lançamento público do OCP - Observatório da Canção de Protesto, 19-09-2015; Edições Sílabo e o autor Joaquim Alves, sessão de lançamento do livro "Princípios e Prática de Auditoria e Revisão de Contas", 24-09-2015; Núcleo de Coimbra do Movimento Republicano 5 de Outubro, Jantar Evocativo, 05-10-2015; AJA Lisboa, peça de teatro "Dossier PIDE"; conversa informal "As pessoas acima dos lucros" e inauguração "Com as minhas tamanquinhas" do pintor João de Azevedo e apontamento musical com canções do álbum "Com as minhas tamanquinhas", 09-07-2015; lançamento do livro "O sobressalto Grego" de Pedro Caldeira Rodrigues, 07-10-2015; evento comemorativo do aniversário do nascimento de José Afonso, 02-08-2015; Livraria Lello, apresentação do livro "Terra" de Daniel Bastos, 16-07-2015; Presidente da Assembleia da República, concerto de encerramento da XII Legislatura, 22-07-2015; MUDE, inauguração exposição "TAP Portugal- Imagem de um povo", 15-07-2015; apresentação do livro « A Práxis no Design gráfico de Robin Fior e contextos», de Maria João Bom, 29-09-2015; o autor e as Edições Almedina, lançamento do livro "Espionagem e contraespionagem em Portugal Vicissitudes e Mistérios", de José Manuel Duarte de Jesus, 08-07-2015; presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, inauguração da exposição "Mário Coelho, da Prata ao Ouro. A Vida de um toureiro"; apresentação do livro "Meu Pai, O General Sem Medo, Memórias de Iva Delgado", 20-06-2015; Mostra de Escultura de Acervo do Museu do Neo-Realismo, 25-09-2015; António Casimiro, inauguração da exposição "Múltiplas cumplicidades", 30-06-2015; apresentação do Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, 26-09-2015; Museu Municipal de Benavente, inauguração da exposição "Picaria em Benavente" de Armando Isaac, 26-06-2015; Editora Nova Vaga e ISCTE – IUL, apresentação da obra "O futuro da representação política democrática" de André Freire; 1-07-2015; CPCCRC, conferência "Envelhecimento Activo e intergeracionalidade nos Jogos Tradicionais" 27-06-2015; Edições Colibri, apresentação do livro "Memória e Vida em tempos de Abril", de Maria José Maurício, 19-06-2015; IPDJ e a CPCCRD, inauguração da exposição "Jogos tradicionais – 100% futuro", 30-01-2015, Câmara Municipal de Almada e o Instituto de História Contemporânea, Congresso "O Mar como património Cultural e Natural", 8, 9-10-2015; Teatro Municipal de Almada, "Regresso de Hanlet, 23-01-2015; Fundação Professor Fernando de Pádua e Edições Colibri, apresentação do livro "Maria Archer – O legado de uma escritora viajante" de Elisabeth Baptista, 28-09-2015; Editora Campo de Comunicação, lançamento do livro "Manual da Campanha Eleitoral" de Quinto Cícero, 28-09-2015;

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Registámos o falecimento dos seguintes associados: Carlos Alberto Rocha Neves (sócio efectivo), José Silvério M. Rocha e Cunha (sócio efectivo), Luís António de M. Casanova Ferreira (sócio fundador), Manuel José Moutinho de Pádua (sócio efectivo), Fernando Nunes de Paiva (apoiante). Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

O empreendedorismo não é novidade para nós.
Aliás, poucas coisas o são para Portugal. Com mais de 800 anos de História, o país sabe que as crises aguçam o engenho - em 1840, quando ainda não se falava de previdência social, um grupo de cidadãos dava origem à Associação Mutualista Montepio. Hoje, como há 175 anos, a nossa confiança no empreendedorismo português permanece inalterada. Porque acreditamos que só juntos podemos construir o Portugal que ambicionamos.
175 ANOS
Associação Mutualista Montepio
Juntos por todos
Montepio Geral Associação Mutualista • IPSS . DGSS n.º 3/81
NIPC 500766681 . Rua Áurea, 219, 241 . Apartado 22882 . E. C. Socorro 1147-501 Lisboa